



Relatório & Contas 2006

CAIXA



Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL	5
CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
PRINCIPAIS INDICADORES	11
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	13
1.1. Enquadramento da Actividade	
1.2. Orientações Estratégicas	
1.3. Principais aspectos institucionais	
2. SÍNTESE DA ACTIVIDADE	21
3. ACTIVIDADE BANCÁRIA	25
3.1. Depósitos	
3.2. Créditos	
3.3. Aplicações Financeiras	
4. GESTÃO DOS MEIOS	35
4.1. Recursos Humanos	
4.2. Recursos Tecnológicos e Informáticos	
4.3. Organização e Qualidade	
4.4. Instalações	
4.5. Marketing	
4.6. Novos Canais	
5. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	47
6. ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL	49
7. MICRO CRÉDITO	53
8. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE	57
8.1. Resultado do Exercício	
8.2. Rendibilidade e Eficiência	
8.3. Fundos Próprios e Rácios Prudenciais	
8.4. Provisões do Exercício	
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	63
10. NOTAS FINAIS	67
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	71
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	101
RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS	103



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. Jose da Silva Lopes (CEMG)
Vice-Presidente	Sr. Marcos Fortunato Oliveira (INPS)
Primeiro Secretário	Dra. Evelina Barreto dos Santos (INPS)
Segundo Secretário	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro (CEMG)

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira (CEMG)
Vice-Presidente	Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (Ímpar)
Vogal	Dr. António Pereira Neves (INPS)
Vogal	Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos (CCV)
Vogal	Dr. Francisco José Gonçalves Simões (CEMG)
Vogal	Dr. António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Dr. Atelano João de Henrique Dias da Fonseca (INPS)

Conselho Fiscal

Presidente	Dra. Eunice da Graça da Luz (CCV)
Vice-Presidente	Dr. Raimundo Duarte (Ímpar)
Vogal	Dr. Daniel do Rosário dos Santos (INPS)



Direcção e Rede Comercial

Direcção Administrativa	Emanuel Évora Gomes <i>Director</i>
Direcção de Informática	Jorge Henrique Lima <i>Director</i>
Direcção Financeira e Internacional	Manuel Sanches Tavares Júnior <i>Coordenador de Gabinete</i>
Direcção Comercial	Maria Júlia do Rosário Ferreira <i>Directora</i>
Direcção de Recursos Humanos	Ricardina Andrade <i>Directora-adjunta</i>
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Octávio Augusto Silva Melo <i>Coordenador de Gabinete</i>
Direcção de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina <i>Directora</i>
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Maria Resende Cardoso <i>Chefe de Serviço</i>
Gabinete de Marketing	Helder Manuel da Graça da Luz <i>Chefe de Secção</i>
Gabinete de Organização e Qualidade	Célia Maria Barreto Santos <i>Coordenadora de Gabinete</i>
Agência de Assomada	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Achada de Santo António	Tatiana Barbosa <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Fazenda	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Plateau	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência de Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Santa Maria (Sal)	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Aeroporto Amílcar Cabral (Sal)	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Av. 5 de Julho	Águeda Cardoso da Graça <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Monte Sossego	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência de Palmarejo	Carla Soraya Ribeiro <i>Sub-Gerente</i>
Agência de S. Filipe - Fogo	Lidia Marcelina Barbosa Vasconcelos <i>Gerente</i>
Agencia da Calheta da S. Miguel	Julião Manuel Rocha Semedo <i>Sub-Gerente</i>
Agencia de Aeroporto da Praia	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Agência do Centro Comercial Sucupira	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>



Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos

Constituindo um cerimonial que todos os anos se repete, após a conclusão de mais um exercício da Caixa Económica de Cabo Verde, aqui estamos, nos termos da Lei e dos estatutos que nos regem, a prestar contas e a dar notícia do modo como evoluíram os nossos negócios.

De facto, a nossa actividade em 2006 cifrou-se por um aumento notável dos resultados, na ordem dos 100%, e de um forte crescimento, que nos fez ultrapassar os 25 milhões de contos em activos sob gestão, razões que fazem da nossa Caixa Económica uma referência no panorama bancário nacional.

Ao nível organizativo, continuou a apostar-se na reorganização dos nossos serviços, com vista a obter uma melhor eficiência dos nossos recursos.

O lançamento do “Home-Banking”, que ocorreu durante o mês de Outubro de 2006, tem vindo a merecer o melhor acolhimento junto dos nossos clientes, quer Particulares quer Empresas, constituindo-se como um importante apoio ao desenvolvimento da nossa actividade.

O Activo Líquido registou um crescimento de 23,4%, atingindo 25.439 milhares de contos, contra 20.618,6 milhares de contos, em 2005.

Os Depósitos Totais atingiram o montante de 22.137,1 milhares de contos, que representa um acréscimo de 4.384,2 milhares de contos (+24,7%).

O Crédito Total concedido atingiu os 14.670 milhares de contos, contra os 12.333 milhares de contos em 2005, o que representa um crescimento de 18,9%.

Relativamente ao Crédito Vencido, o rácio global desceu de 6,09%, em 2005 para 5,58%, em 2006, apesar de o crédito vencido ter aumentado cerca de 9,1%.

Em termos de quota global de mercado, a caixa Económica registou um aumento significativo, tendo atingido 28,3%, contra 25,5%, em 2005.

Ao nível da captação (Depósitos), a nossa quota de mercado aumentou cerca de 3%, passando para 28,3%, enquanto que nas operações activas (Crédito Total) aumentou de 3,3%, passando para 28,2 %. Porém, no segmento do Crédito à Economia, a nossa quota de mercado subiu apenas de 37,4% para 37,9%.

Os Resultados Líquidos do Exercício cresceram 103%, relativamente ao ano anterior, e deixam-nos a esperança de podermos contar com a evolução também favorável no próximo exercício.

Este resultado permite-nos propor à Assembleia Geral a distribuição de um dividendo, no montante de 330 CVE por acção, e reforçar os nossos fundos próprios com cerca de 59% do resultado obtido.

O nosso sucesso ficou a dever-se, em grande parte, ao prosseguimento inabalável da nossa missão de preservar e valorizar os patrimónios que nos são confiados, através de estratégias de gestão perfeitamente adequadas ao perfil e às necessidades específicas dos nossos clientes.

Por outro lado, a fidelidade aos nossos valores fundamentais – tradição e modernidade –, aos quais juntamos os conceitos de proximidade – física, psicológica, e efectiva –, foi a garantia de fidelização de todos aqueles que em nós depositaram a sua confiança.

Não queremos deixar de referir que o êxito deste percurso fica a dever-se ao esforço e profissionalismo das equipas que servem a Caixa Económica, à exigência dos clientes e à solidez, estabilidade e qualidade de uma estrutura accionista, cujo núcleo básico se mantém desde 1999, combinando prestigiadas instituições cabo-verdianas, como o I.N.P.S., os C.C.V. e a Impar, a par de um grupo financeiro internacional de elevado prestígio, o Grupo Montepio Geral.

As últimas palavras são de agradecimento para os Clientes, pela sua preferência, aos Accionistas, pela sua confiança, e aos nossos Colaboradores, pelo seu profissionalismo, dedicação e lealdade.

À Autoridade Monetária e Financeira são devidas palavras de elevado apreço, pelo seu contributo para o desenvolvimento e sustentabilidade do Sistema Financeiro em Cabo Verde.

Aos Membros do Conselho Fiscal, fica igualmente o nosso reconhecimento, pela proficiente acção desenvolvida no acompanhamento da actividade da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

■ ■ ■ ■ ■ Principais Indicadores

Indicadores	Unidades	2006	2005
1. Dimensão			
Activo Líquido	Mil contos	25.439,0	20.618,6
Variação	%	23,4	20,8
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	Mil contos	1.696,9	1.532,9
Crédito sobre Clientes	Mil contos	14.002,6	11.722,8
Depósitos de Clientes	Mil contos	22.137,1	17.752,9
Trabalhadores	Unidades	192	162
Agências e Outras Formas de Representação	Unidades	29	28
Agências	Unidades	16	15
Delegações nos Correios	Unidades	13	13
2. Rendibilidade			
Resultado Líquido do Exercício	Mil contos	278,8	136,7
Cash Flow do Exercício	Mil contos	469,6	406,6
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	%	1,21	0,7
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	%	17,26	9,0
3. Prudenciais			
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	%	10,1	12,8
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / F. Próprios)	%	33,2	31,8
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	%	81,5	81,3
4. Funcionamento			
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income)	%	66,8	67,5
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	5.966	5.914
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	2.683,5	2.533,8



1. Considerações Gerais

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas, referentes ao Exercício de 2006.

1.1. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

1.1.1. Economia Internacional

O desempenho económico global surpreendeu de novo positivamente, em 2006. Segundo estimativas do FMI, o PIB mundial ter-se-á expandido 5,1%, ligeiramente acima do ritmo observado em 2005 (4,9%) e pouco abaixo do padrão de crescimento de 2004 (5,3%).

O desempenho da Economia Global, no período de 2004 a 2006, é assinalável e constitui um sintoma de robustez e menor vulnerabilidade perante choques, sobretudo atendendo a algumas condicionantes fortemente negativas: neste período, o preço do petróleo mais do que duplicou (+130%), tendo aumentado, em média, 17%, em 2006. A liquidez financeira global tem vindo a ser enxugada, por via do aumento de taxas de juros dos bancos Centrais, com destaque para as taxas de juro de referência do dólar, que aumentaram 425 p.b., desde meados de 2004.

Neste mesmo horizonte, outros acontecimentos negativos marcaram a ordem do dia, pontuando as várias ameaças e ataques terroristas, os diversos conflitos e a crescente tensão um pouco por toda a região do Médio Oriente, ou as catástrofes naturais, com destaque para os furacões que assolaram a costa dos EUA, em finais de 2005.

No que concerne aos EUA, as previsões apontam para um crescimento médio do PIB em torno dos 3,3%. Assim sendo, prevê-se que exista um arrefecimento da maior economia a nível

global, com impactos nos restantes blocos económicos. O PIB dos EUA deverá crescer, em 2007, no intervalo 2,7%-2,9%.

No que concerne à UEM, as previsões são bastante optimistas. As estimativas mais recentes apontam para que as economias dos 12 tenham crescido, em 2006, cerca de 3,3%, o maior ritmo de expansão desde 2001. As previsões de há um ano atrás apontavam para um crescimento na ordem de 1,8% - 1,9%. O BCE deverá, em 2007, proceder a aumentos da taxa de juro.

1.1.2. Conjuntura nacional

Como pequena economia aberta e numa envolvente cada vez mais globalizada e competitiva, o nosso País é muito condicionado pela conjuntura exterior.

Em termos de evolução conjuntural, o ano de 2006 apresenta alguns sinais que, embora não sejam preocupantes, deverão ser equacionados, tendo em vista a situação económica dos próximos anos.

A escalada recente do crescimento dos preços (com subida nos bens alimentares e nos combustíveis) tem vindo a repercutir-se na competitividade externa e a exercer pressão sobre a política monetária.

A capacidade de resposta tenderá a ser limitada face, por um lado, à forte entrada de divisas no nosso País e, por outro, à necessidade do Banco de Cabo Verde (BCV) continuar a reforçar as suas reservas externas (que atingirão este ano um novo máximo histórico), num contexto de defesa do regime cambial existente de “peg” em relação ao EURO.

O aumento dos activos líquidos sobre o exterior traduziu-se na expansão da massa monetária a um ritmo superior ao programado, induzindo o aumento da liquidez no sistema bancário, o qual, à falta de aplicações alternativas internamente, tem vindo a canalizar os seus recursos para o exterior.

Para contrariar esta tendência, o BCV tem sido compelido à emissão de títulos próprios, que

são utilizados como forma de absorver liquidez excedentária.

Note-se, no entanto, que o reforço da posição externa líquida reflecte melhorias na Balança Corrente, cujo défice atingirá, em 2006, um valor de cerca de 2,8% do PIB, fruto principalmente da subida patenteada pelas transferências privadas (com destaque para os recursos de emigrantes e os elevados investimentos que estão a ser efectuados nas áreas turísticas e de transportes), e pelas exportações de serviços (sobretudo turismo e transporte aéreo).

As estimativas mais recentes para a economia Cabo-verdiana apontam para uma aceleração da actividade económica, em 2006, com um crescimento do Produto Interno Bruto de 5,5%.

Em 2006, assistiu-se a um agudizar da evolução do Índice de Preços, que passou de 1,7% para um valor previsível de 4,8%, valor esse, aliás, que já havia sido previsto pelo BCV no início de 2006. Recentemente, foi publicado o IPC para o ano de 2006, pelo INE, e que informava que a inflação para esse ano foi de 5,5%.

A evolução da situação monetária, em 2006, foi marcada pela posição externa da economia, reflectida na acumulação de reservas no BCV (em 2004: 2,6 meses; em 2005: 3,5 meses) que deverá este ano ser superior à de 2005, o que faz com que a massa monetária (M2) cresça para além do programado de 11% (13% em Setembro de 2006).

Ao nível bancário, destaca-se um aumento da concorrência, que se traduziu num abaixamento das taxas de juro, não só das operações activas, como também das operações passivas, devido ao excesso de liquidez.

Ao nível do Crédito Interno, durante os primeiros nove meses de 2006, o crescimento desta variável foi muito reduzido, tendo, no último trimestre, surgido um aumento da procura, principalmente por parte das grandes empresas cabo-verdianas.

Indicadores da Economia Cabo-Verdiana

Designação	2006	2005
Produto Interno Bruto	5,5%	6,5%
Inflação	5,4%	0,4%
Crédito Interno Total	10,0%	3,8%
Massa Monetária	16,1%	16%

Denota-se um aumento do financiamento externo, via Sucursais de bancos estrangeiros, no âmbito da zona de “offshore”.

As taxas de juro dos títulos de dívida publica denotam uma subida ligeira face a 2005. Os Bilhetes do Tesouro apresentam taxas de 3,13% e as Obrigações do Tesouro são leiloadas a taxas de 5,41%.

Ao nível da intervenção do Banco Central, destaca-se, em Fevereiro de 2006, uma descida da taxa das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), que passou de 17% para 15%.

1.2 Caixa Económica

O ano de 2006 ficará marcado, seguramente, como um bom exercício para a Caixa Económica, tanto em termos da actividade e dos resultados, como em termos do desenvolvimento institucional.

Foram concluídos, submetidos à aprovação e aprovados, projectos que vão marcar decisivamente a visibilidade e a notoriedade da instituição no mercado nacional. Tratam-se do projecto da sede nacional, na cidade da Praia, do projecto da agência regional do Mindelo, ilha de S. Vicente, e do projecto de ampliação da agência de Assomada, Santa Catarina, ilha de Santiago.

Foi adquirido um terreno para a construção da Agência da Caixa na Ilha da Boa Vista e adjudicado o respectivo projecto de arquitectura.

Foi ainda, adquirido um terreno em Porto Novo, Santo Antão, para a construção da agência

naquela que é a mais nova cidade do país.

Com vista a equacionar os constrangimentos existentes e reforçar a nossa presença na cidade da Praia, foi alugado e remodelado um espaço para a abertura de um balcão em Achada de S. Felipe.

Em concertação com a Câmara Municipal do Paúl, esta disponibilizou um espaço para a abertura de um pequeno balcão no Paúl, concelho onde não existe nenhuma instituição bancária.

Foi ainda acordada, com a Câmara Municipal de Ribeira Grande, a abertura de um pequeno balcão na localidade de Coculi, local estrategicamente situado no cruzamento de varias ribeiras deste concelho.

Na Ilha do Fogo, Concelho dos Mosteiros, foi localizado um espaço para abertura de um pequeno balcão. Este espaço irá funcionar em regime de aluguer.

Foram dados passos decisivos com vista à instalação de um serviço operacional de apoio às agências, visando libertá-las de tarefas administrativas, a fim de poderem dedicar-se exclusivamente ao atendimento do cliente e a actividades promocionais.

Foi disponibilizado o serviço da Internet-Banking, acompanhado de um novo Site institucional, como forma de acompanhar a evolução do mercado e facilitar a comunicação entre o banco e os clientes. Com o apoio do Montepio Geral, disponibiliza-se diariamente aos nossos clientes o valor das taxas Euribor, em todos os prazos em que é publicada pelo Banco Central Europeu. A recuperação de crédito continuou a merecer grande atenção por parte da instituição, com resultados muito positivos ao nível da rendibilidade.

Procedeu-se ao alargamento das linhas de crédito promocionais para particulares destinadas a financiar equipamentos informáticos e de recheio de lar, e à assinatura de vários protocolos com as casas comerciais do país.

A formação e capacitação dos trabalhadores mereceram uma atenção especial durante o exercício de 2006, traduzida na realização de várias acções de formação em diversas áreas, como a liderança e a análise financeira.

Na sequência da criação da Direcção Comercial, foram realizados dois encontros de gerentes, com vista a harmonizar as atitudes e as práticas comerciais, de forma a melhor enfrentar os desafios do mercado.

A concorrência entre os Bancos Nacionais e Internacionais para as grandes operações agudizou-se, nomeadamente pela via da oferta de crédito a taxas muito baixas.

Como consequência do excesso de liquidez e da descida drástica das taxas de juro das operações activas, procedeu-se a uma redução significativa das taxas de juro passivas, tendo as mesmas passado para 4%, para os depósitos a prazo de um ano.

1.3 Principais Aspectos Institucionais

O capital social da CECV encontra-se distribuído pela forma indicada no quadro abaixo, estando admitido à cotação, na Bolsa de Valores de Cabo Verde, um volume de acções que representa 60% do seu capital social. Durante o ano de 2006, registou-se uma única operação, cujo valor de transacção foi de 6.100\$00 por acção.

Distribuição do Capital Social

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral-Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar – Companhia Caboverdiana de Seguros	38.368	11,0%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local*	26.045	7,5%
Outros Subscritores	22.726	6,5%
Trabalhadores	3.835	1,1%
Total	348.000	100,0%

*Grupo de 50 empresários e quadros nacionais



2. Síntese da Actividade

2. Síntese da Actividade

Em 2006, a Caixa Económica de Cabo Verde conseguiu, num ambiente fortemente competitivo que se vive no sector financeiro, concretizar os principais objectivos definidos para esse ano e pôr em prática diversas medidas que constituirão as bases do seu desenvolvimento futuro.

Estabeleceu-se como principal meta a melhoria sustentada da rentabilidade e a preservação e fortalecimento da solidez financeira da Instituição.

Para tal, elegerem-se como principais áreas de actuação o crescimento das actividades, a diversificação das fontes de proveitos, o controlo da progressão de custos, a melhoria dos indicadores de risco e o aumento da eficiência.

Os Depósitos de Clientes cresceram 24,98%, ou seja, 4.413,7 milhares de contos, passando de 17.668,1 milhares de contos, em 2005, para 22.081,8 milhares de contos, em 2006.

O Crédito Líquido atingiu os 14.002,6 milhares de contos, evidenciando um crescimento de 19,45%, ou seja, 2.280 milhares de contos.

A nossa quota de mercado global passou de 25,5%, em 2005, para 28,3%, em 2006, enquanto a dos Depósitos, passou de 25,9%, para 28,3%, e a do Crédito à Economia, de 37,4%, em 2005, para 37,9%.

O Activo Líquido registou um crescimento de 23,4%, atingindo os 25.439,1 milhares de contos, em 2006, contra os 20.618,6 milhares de contos, em 2005.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 278,8 milhares de contos, representando um crescimento de 103,7%, em relação a 2005.

A rentabilidade dos Recursos Próprios passou de 8,99% para 17,3%.

A qualidade dos créditos conheceu uma ligeira melhoria em relação a 2005, passando o rácio do crédito vencido de 6,09% para 5,6%, em 2006, mau grado em termos de valores absolutos ter aumentado cerca de 68,4 milhares de contos.

O rácio de solvabilidade baixou de 12,8% para 10,1%, como consequência directa do grande crescimento do crédito concedido. Apesar desta redução, o valor apresentado continua acima dos limites mínimos impostos pelo Banco de Cabo Verde.





3. Actividade Bancária

3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os depósitos totais atingiram o valor de 22.081.804 contos, mais 4.413.726 contos do que no ano 2005, evidenciando um crescimento de 24,98%.

Mantendo a tendência do ano anterior, o aumento de depósitos foi liderado pelo segmento dos residentes, que cresceu à taxa de 34,8%, sendo de destacar o crescimento dos depósitos à ordem, que atingiu 55,43%.

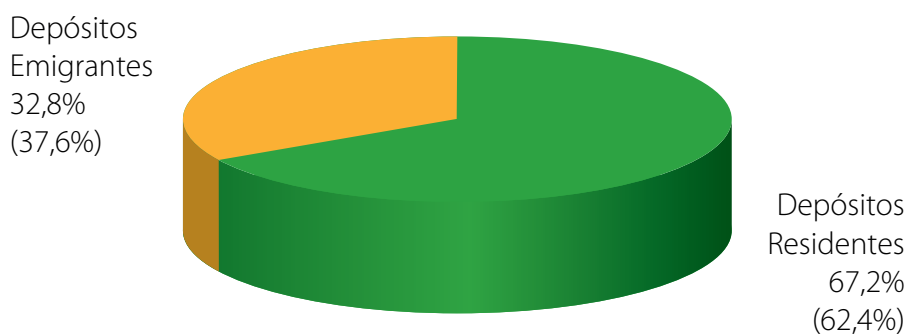
A quota parte dos Depósitos de Emigrantes no total de depósitos passou de 37,6%, em 2005, para 32,8%, em 2006, devido, por um lado, à aceleração do crescimento de Depósitos de Residentes e, por outro lado, à redução do ritmo de crescimento dos Depósitos de Emigrantes.

As contas de títulos de tesouro diminuíram em relação ao ano 2005, de 549.160 para 108.00 contos, devido ao nível extremamente baixo das taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro.

Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (Contos)

Depósitos	31-Dez-2006	31-Dez-2005	Crescimento em 2006	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Residentes	14.838.971	11.067.157	3.771.814	34,08%
Depósitos à Ordem	10.428.616	6.709.672	3.718.944	55,43%
Depósitos a Prazo	4.302.355	3.808.325	494.030	12,97%
Bilhetes do Tesouro	108.000	549.160	-441.160	-80,33%
Emigrantes	7.242.833	6.600.921	641.912	9,72%
Depósitos à Ordem	820.943	639.084	181.859	28,46%
Depósitos a Prazo	6.421.890	5.961.837	460.053	7,72%
Depósitos Totais	22.081.804	17.668.078	4.413.726	24,98%

Repartição entre Depósitos de Emigrantes e de Residentes em 2006



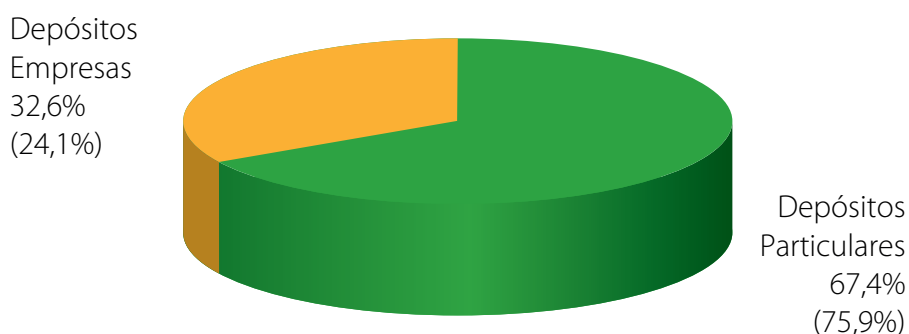
Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

Apesar dos Depósitos de Particulares continuarem a predominar na estrutura de depósitos por tipo de cliente, o seu peso sofreu uma redução significativa em relação a 2005, devido ao crescimento extraordinário verificado a nível dos depósitos das empresas (+65,8%).

Evolução dos Depósitos das Empresas e dos Particulares (Contos)

Depósitos	31-Dez-2006	31-Dez-2005	Crescimento em 2006	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Depósitos Particulares	14.893.496	13.332.614	1.560.882	11,71%
Depósitos Empresas	7.188.308	4.335.464	2.852.844	65,80%
Total	22.081.804	17.668.078	4.413.726	24,98%

Depósitos por tipo de cliente em 2006



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

3.2. Créditos

A actividade de crédito conheceu um incremento substancial em relação ao ano anterior, explicado pela conjugação de vários factores, de entre os quais se destacam a redução das taxas de juro das operações activas e o dinamismo e a inovação comercial da Instituição.

O Crédito Concedido Bruto atingiu os 14.670.102 contos, registando um crescimento de 2.337.435 contos, ou seja, 18,95%, em 2006.

O Crédito a Particulares, e que representa 64,2% da carteira da instituição, teve um crescimento de 17,85%, enquanto que o Crédito às Empresas cresceu 20,99%, sendo de realçar

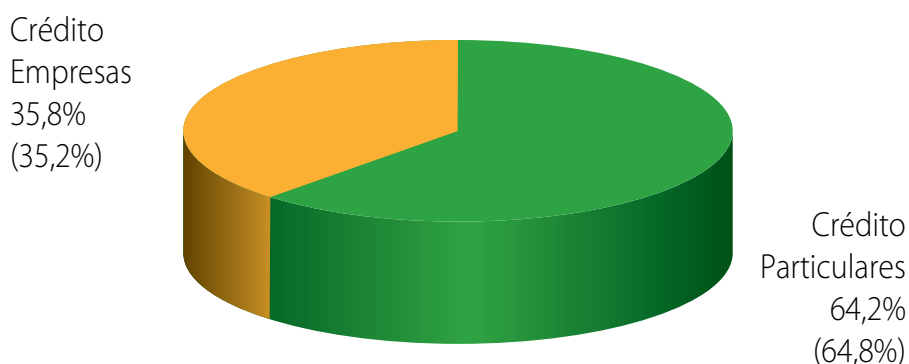
neste, o crescimento espectacular do Crédito à Tesouraria, que atingiu os 1.248.861 contos, evidenciando um aumento de 51,22% em relação a 2005.

Deste modo, o Crédito às Empresas experimentou uma ligeira subida do seu peso no Crédito Total, passando de 35,2%, em 2005, para 35,8%, em 2006.

Evolução do Crédito Bruto (Contos)

Créditos	31-Dez-2006	31-Dez-2005	Crescimento 2006	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Particulares	9.415.678	7.989.803	1.425.875	17,85%
- Habitação	6.516.855	5.873.416	643.439	10,96%
- Outros Fins	2.898.823	2.116.387	782.436	36,97%
Empresas	5.254.424	4.342.864	911.560	20,99%
- Investimento	4.005.563	3.516.982	488.581	13,89%
- Tesouraria	1.248.861	825.881	422.980	51,22%
Total do Crédito Bruto	14.670.102	12.332.667	2.337.435	18,95%

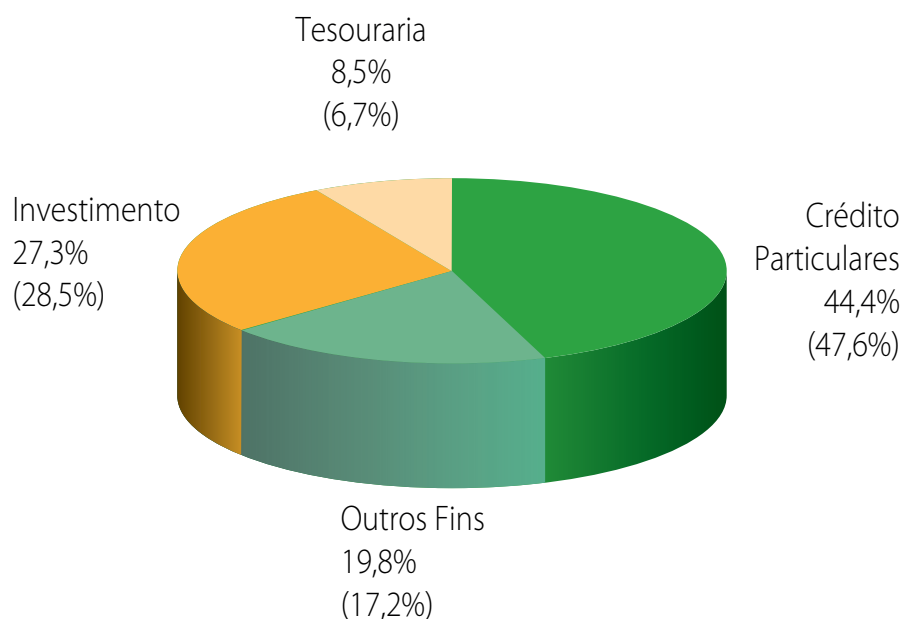
Repartição do Crédito Empresas - Particulares 2006



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

Apesar da importância crescente do Crédito à Tesouraria e do Crédito para Outros Fins, o Crédito à Habitação continua a ser o de maior peso na carteira de crédito da Caixa (44,4%). Houve, no entanto, uma diminuição do seu peso em relação aos anos de 2005 e 2004.

Crédito por finalidade - 2006



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade mostra que o crédito a médio longo prazo (maturidade superior a 1 ano) constitui 88,6% do total, apesar de uma ligeira diminuição em relação a 2005, em que representava 90,6% da carteira.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NORMAL POR PRAZOS (Contos)

Designação	2006		2005		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Curto Prazo	1.578.519	11,4	1.085.084	9,4	493.435	45,5
Médio e Longo Prazos	12.272.677	88,6	10.497.060	90,6	1.775.617	16,9
Total	13.851.196	100,0	11.582.144	100,0	2.269.052	19,6

Durante o ano de 2006, foram realizados 5.618 contratos de crédito, no valor total de 5.898.566 contos, evidenciando um crescimento em valor de 56,1% em relação ao ano de 2005. É de realçar o forte crescimento do valor dos Créditos a Particulares e Outros Fins (+ 74%) e do Crédito à Tesouraria (+ 90,8%).

EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS REALIZADOS (contos)

Finalidade	2006			2005			Variação		
	nº	valor	%	nº	valor	%	nº	valor	%
Habitação	285	1.008.910	17,1%	272	808.676	21,4%	13	200.234	24,8%
Part. Outros Fins	4.683	1.950.398	33,1%	2.746	1.121.058	29,7%	1937	829.340	74,0%
Investimento	160	1.251.494	21,2%	154	965.072	25,5%	6	286.422	29,7%
Tesouraria	490	1.687.764	28,6%	477	884.508	23,4%	13	803.256	90,8%
TOTAL	5.618	5.898.566	100,0%	3.649	3.779.314	100,0%	1.969	2.119.252	56,1%

O aumento considerável do Crédito a Particulares e Outros Fins deveu-se aos novos produtos lançados durante o ano: Credicomputador e Credilar. No caso do Crédito à Tesouraria foi a realização de alguns créditos de montante elevado.

EVOLUÇÃO DOS CREDITOS APROVADOS (contos)

Finalidade	2006			2005			Variação		
	nº	valor	%	nº	valor	%	nº	valor	%
Habitação	301	1.074.122	19,3%	298	995.186	26,0%	3	78.936	7,9%
Part. Outros Fins	4.747	1.973.400	35,5%	2.685	1.129.820	29,5%	2062	843.580	74,7%
Investimento	163	1.204.004	21,7%	166	866.321	22,6%	-3	337.683	39,0%
Tesouraria	493	1.300.350	23,4%	489	842.798	22,0%	4	457.552	54,3%
TOTAL	5.704	5.551.876	100,0%	3.638	3.834.125	100,0%	2066	1.717.751	44,8%

No crédito aprovado constatamos uma evolução positiva de 44,8% no seu valor, registando-se um aumento considerável nos Créditos a Particulares Outros Fins.

EVOLUÇÃO DOS PEDIDOS DE CREDITO ENTRADOS (contos)

Finalidade	2006			2005			Variação		
	nº	valor	%	nº	valor	%	nº	valor	%
Habitação	349	1.429.364	23,1%	360	1.281.198	26,8%	-11	148.166	11,6%
Part. Outros Fins	5.144	2.169.387	35,0%	2.894	1.351.521	28,3%	2250	817.866	60,5%
Investimento	206	1.132.503	18,3%	188	1.104.343	23,1%	18	28.160	2,5%
Tesouraria	597	1.469.618	23,7%	566	1.046.945	21,9%	31	422.673	40,4%
TOTAL	6.296	6.200.872	100,0%	4.008	4.784.007	100,0%	2288	1.416.865	29,6%

Em termos de procura de crédito, traduzida em pedidos entrados, registou um aumento em valor de 29,6% em relação ao ano de 2005.

Também aqui, o destaque vai para o Crédito a Particulares Outros Fins - CREDILAR e CREDICOMPUTADOR. É de realçar a diminuição, ainda que ligeira, em número, dos pedidos de Crédito à Habitação.

3.3 Credito e Juros Vencidos

Apesar do valor do crédito e dos juros vencidos conhecer um ligeiro aumento de 9.1%, passando de 750.522 contos, em 2005, para 818.907 contos, em 2006, a qualidade da carteira conheceu uma ligeira melhoria, em relação a 2005, como resultado dos esforços na recuperação do crédito e do acentuado crescimento verificado a nível do crédito total, tendo o rácio de crédito vencido passado de 6,09%, em 2005, para 5,59%, em 2006.

Em termos de distribuição por maturidade, o maior aumento ocorreu no segmento de crédito vencido com mais de 12 meses de atraso (+ 75.570 contos), tendo mesmo diminuído o valor do crédito vencido com mais de 3 meses e até 12 meses (- 11.184 contos).

EVOLUÇÃO DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

(Contos)

Designação	2006		2005		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	208.643	25,5	150.817	20,1	57.826	38,3
- Habitação	64.604	7,9	55.264	7,4	9.339	16,9
- Outros Fins	144.039	17,6	95.552	12,7	48.487	50,7
Empresas	610.265	74,5	599.706	79,9	10.559	1,8
- Investimento	401.358	49,0	454.033	60,5	-52.675	-11,6
- Tesouraria	208.906	25,5	145.672	19,4	63.234	43,4
Total Crédito e Juros Vencidos	818.907	100,0	750.522	100,0	68.385	9,1
- Até 3 meses	45.876	5,6	41.877	5,6	3.999	9,5
- Mais de 3 meses e até 12 meses	98.522	12,0	109.707	14,6	-11.184	-10,2
- Mais de 12 meses	674.509	82,4	598.939	79,8	75.570	12,6

A análise do rácio de crédito e juros vencidos por segmento revela que o de particulares apresenta menor risco, com especial destaque para o Crédito à Habitação, com um rácio inferior a 1%, registando-se uma ligeira diminuição dos rácios, tanto no Crédito ao Investimento como no Crédito à Tesouraria.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, praticamente, não sofreu alterações, situando-se nos 81,5%, contra 81,3% no exercício anterior.

Evolução do Rácio do Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total

Tipo de Crédito	2006	2005
Crédito Habitação	0,99%	0,94%
Crédito Outros Fins	4,97%	4,51%
Crédito Investimento	10,02%	12,91%
Crédito Tesouraria	16,73%	17,64%
Crédito Total	5,59%	6,09%

3.4 Aplicações Financeiras

Dado o nível das taxas de juro dos Títulos de Tesouro, a participação da Caixa no mercado primário de títulos de dívida pública, foi menos expressiva do que em 2005. Continuou a privilegiar-se as obrigações, tendo em conta que manteve rendimentos muito superiores aos Bilhetes do Tesouro, que, apesar duma ligeira melhoria, manteve-se à volta dos 3%, contra os 5% para as Obrigações.

O valor investido em Obrigações de Tesouro atingiu os 700.000 contos contra 426.000 contos em Bilhetes de Tesouro.

Como forma de absorver parcialmente o excesso de liquidez no sistema bancário, o Banco Central lançou varias emissões de Títulos de Intervenção Monetária, tendo Caixa aplicado cerca de 670.000 contos nesses instrumentos.

O Mercado Secundário de Bilhetes do Tesouro deixou de ter expressão, como consequência da permanência das taxas de juro a níveis extremamente baixos.



4. Gestão dos Meios

4. Gestão dos Meios

4.1 Recursos Humanos

Pautada pelo compromisso com a responsabilidade social, a política de Recursos Humanos da Caixa é permanentemente aprimorada para assegurar condições e relações de trabalho cada vez melhores para os seus colaboradores.

O objectivo primordial da CECV é apresentar elevados níveis de rendibilidade, que lhe permitam maximizar o valor na perspectiva do accionista, melhorar de forma sustentada os níveis de solidez patrimonial, motivar e compensar os seus colaboradores. Isso só é possível se conseguir proporcionar o acesso a um serviço financeiro moderno, de qualidade e competitivo, a todos os seus clientes, incluindo as camadas sociais mais desfavorecidas, combatendo a exclusão financeira.

Para tal, apoia-se num quadro de Valores Fundamentais que deverão guiar a postura e a acção da própria instituição, bem como o comportamento profissional dos seus colaboradores, quer nas suas relações internas, quer na relação que estabelecem com os seus clientes.

Valores como Qualidade Total (Front-Office, Back-Office, Acompanhamento), Rigor e Profissionalismo, Segurança, Confiança, Integridade, Responsabilidade, Dedicção e Dignificação do nome e imagem da Instituição, são continuamente cultivados e efectivamente partilhados e interiorizados por todos, fazendo parte da cultura da Instituição.

A CECV adopta como lema Tradição e Modernidade, traduzindo o que, de facto, esta instituição representa. Procura preservar a sua história, o prestígio e a experiência acumulada e, ao mesmo tempo, ser moderna e estar na crista da tecnologia que o sector adopta.

A consideração destes valores, enquadrados na actividade que desenvolve, determinam um conjunto específico de regras de conduta e normas deontológicas, que toda a instituição procura pôr em prática, deste modo se distinguindo da concorrência.

4.1.1. Caracterização dos Efectivos

Em 2006, a CECV contava com 192 colaboradores, sendo 147 do Quadro de Pessoal, 42 com contratos a termo e 3 com licença de longa duração. Dos efectivos, 93 são mulheres e 99 são homens. A média de idades situava-se nos 36 anos, tendo cerca de 1/3 dos colaboradores menos de 30 anos. Constitui uma população jovem, tendo cerca de 40% menos de 5 anos de antiguidade. Quanto a qualificações, 41% têm formação superior, 8% frequência universitária e 31% o 3º ciclo completo.

Quadro 1. Composição dos Efectivos

Composição do efectivo	2006		
	Homens	Mulheres	Total
Quadro de Pessoal	73	74	147
Licença sem Vencimento	3	0	3
Contratados a Termo	22	20	42
Total dos Efectivos	98	94	192

Quadro 2. Efectivos por escalão etário

Estrutura Etária (31 de Dezembro)	Total	%
21 – 30 anos	59	31%
31 – 40 anos	66	34%
41 – 50 anos	57	30%
Mais de 50 anos	10	5%
Total geral	192	100%
Nível Médio = Soma de idades/Total de efectivos		36

QUADRO 3. EFECTIVOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Habilitações	Homem	Mulher	Total	%
Pós-Graduação	2	1	3	2%
Licenciatura	25	29	54	28%
Bacharelato	15	7	22	11%
Freq. Universitária	8	7	15	8%
3º Ciclo Completo	30	30	60	31%
3º Ciclo Incompleto	1	5	6	3%
2º Ciclo Completo	8	11	19	10%
2º Ciclo Incompleto	1	1	2	1%
1º Ciclo Completo	8	2	10	5%
1º Ciclo Incompleto	0	1	1	1%
TOTAL	98	94	192	100%

QUADRO 4. EFECTIVOS POR ANTIGUIDADE

Estrutura de Antiguidades (em 31 de Dezembro)	Total	%
inf. a 2 anos	43	22%
2 a 5 anos	32	17%
6 a 10 anos	61	32%
11 a 15 anos	31	16%
16 a 22 anos	19	10%
Mais de 22 anos	6	3%
Total	192	100%
Nível Médio de Antiguidade = Soma das antiguidades / Totais de efectivos		8,3

Quadro 5. Distribuição dos Efectivos por Funções

Funções	Direcção	Assessor	Coord. de Gabinete	Chefe de Serviço	Gerentes	Sub-gerente	Chefe de Secção	Caixa Principal	Tesoureiro	Secretária	Caixas	Técnico Superior	Técnico Administ.	Apoio Administ.	Total
Homem	3	1	2	0	3	4	2	3	1	0	21	17	31	10	98
Mulher	3	0	1	3	7	2	0	9	0	1	21	12	22	13	94
Total	6	1	3	3	10	6	2	12	1	1	42	29	53	23	192
%	3%	1%	2%	2%	5%	3%	1%	7%	1%	1%	22%	13%	29%	12%	100%

A maioria de trabalhadores nomeados para funções específicas exerce função de Caixa, seguida pelas funções de Caixa Principal e de Gerência. Cerca de 50% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres, o que evidencia a igualdade de oportunidades oferecida na instituição.

4.1.2 Formação e Desenvolvimento

A Caixa considera o capital humano um elemento fundamental na consecução da sua estratégia de actuação e no cumprimento do seu compromisso maior de responder com eficiência e qualidade às solicitações impostas pelo mercado.

Manter profissionais motivados e bem treinados é essencial ao bom desempenho da instituição. Por esse motivo, a Caixa observa uma política de formação que visa oferecer aos seus colaboradores oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo, por meio de participação em cursos promovidos interna ou externamente, sobre as matérias descritas nos quadros seguintes.

Acções de Formação – No Estrangeiro	Nº de Participantes
Gestão Bancária	1
Desenvolver Competências de Gestão QAS	1
Avaliar e desenvolver competências de liderança	1
Auditoria Bancária	1
Total de participantes	4

Formação Interna	Nº de Participantes
Abertura e Manutenção de Contas	18
Integração de novos colaboradores	36
Reciclagem - Atendimento, Produtos e Serviços, Auditoria	59
Reciclagem - Área Jurídica	35
Reciclagem - Western Union	7
Intervenção nos Balcões - ASA e Plateau	19
Total de participantes	174

Formação - Externa	Nº de Participantes
O que é a Bolsa de Valores	3
Sifox Back Office	4
Direito Fiscal	3
Excel Avançado	9
Plataformas Logísticas	1
Transição para as IFRS	3
Controle de Gestão e Avaliação da Performance	5
Balanced Scorecard	4
Gestão de Competências e Coaching	29
Análise de Balanço e Créditos a empresas	32
Total de participantes	93

Os investimentos em formação alcançaram 8.410.000,00 ECV, em 2006, representando um crescimento de 158% em relação ao ano anterior.

4.1.3. Mobilidade de Pessoal

Ao longo do ano de 2006 foram admitidos 35 novos colaboradores, tendo-se verificado a saída de 6, pelo que o aumento líquido do efectivo foi de 29. Das saídas verificadas, cinco foram por cessação de contrato de trabalho e uma por reforma.

Foram promovidos 4 colaboradores a cargos de Director-Adjunto, Coordenador de Gabinete, Chefe de Serviço e Chefe de Sector.

4.2. Recursos Tecnológicos e Informáticos

As actividades exercidas, durante 2006, foram todas influenciadas pelo desenvolvimento do importante Projecto de Reestruturação da Rede e Sistema de Comunicação (PRRSC), iniciado em 2004, e que visa dotar a instituição duma rede moderna, modular, segura e capaz de

suportar o intranet e o internet banking.

O elemento mais marcante e mais visível, para o ano de 2006, foi, sem dúvida, a conclusão, com êxito, do projecto de internet banking, denominado CaixaNet, para a satisfação dos nossos clientes, tanto no país, como na diáspora.

Foram dados passos decisivos no domínio da reestruturação da Rede e Comunicações, com vista à instalação do Intranet, E-mails e Fax Server. Esta reestruturação implica a substituição de uma parte significativa do parque informático da instituição.

Foi instalado, em produção, na Agência da Achada de S. Filipe, o novo Front Office, denominado Kanalo.

Foram instalados, em produção, novos módulos informáticos, com o objectivo de facilitar a automatização das operações e o tratamento diferenciado dos clientes em função do seu nível de risco e de rendibilidade.

Foi reformulado todo o sistema de cablagem da Direcção de Informática e das agências da Fazenda e do Plateau.

4.3. Organização e Qualidade

Em 2006, a Caixa continuou a focalizar a sua atenção na realização dos objectivos definidos como prioritários para garantir que a política de qualidade se pratique no quotidiano das nossas relações com o Cliente.

Refira-se que investir na boa qualidade do serviço reveste-se de uma importância crucial, na medida em que, num mercado competitivo como é actualmente o nosso, a associação dessa particularidade vai marcar a diferença na relação com o Cliente e determinar a sua escolha, facilitando uma maior penetração no mercado.

4.3.1. Qualidade

Em 2006, a Caixa continuou a desenvolver o Modelo de Gestão pela Qualidade, com vista a incentivar a operacionalização das práticas de excelência e, assim, aumentar a competitividade da nossa Instituição.

Cientes de que um dos pilares da satisfação dos clientes é o bom funcionamento dos serviços internos, mobilizam os nossos esforços, realizando acções de que destacamos as seguintes:

- Realização do projecto de Internet-banking CAIXANET, introduzindo funcionalidades e especificidades novas em relação ao que a concorrência oferece neste âmbito, tendo, neste momento no final do ano, 1.419 contratos activos com clientes dos diversos segmentos, dos quais 86% correspondem a Clientes Particulares e 14% a Empresas);
- Promoção de indicadores de qualidade para o front-office das Agências, o que permitiu introduzir incentivos de diferenciação positiva na área comercial;
- Reformulação das condições de acesso ao “Credicaixa ” que resultou na publicação de novas normas.
- Na alteração dos horários de fecho e nas novas opções de aceitação de depósitos de clientes.

4.3.2. Organização Interna

No âmbito do projecto “Mudança Organizacional”, iniciado em 2003, verificou-se, durante o ano acabado de findar, um forte incremento na realização de acções relacionadas com a melhoria contínua dos processos e o desenvolvimento dos sistemas, sendo que o projecto de reestruturação a nível do modelo orgânico está ainda a ser objecto de uma reflexão interna.

No que concerne ao desenvolvimento organizacional, uma das iniciativas de maior relevância é o arranque do projecto de criação de uma nova estrutura - a Direcção Operacional -, tendo em vista o reforço do controlo das actividades realizadas pelo BackOffice, a melhoria contínua

dos processos, a libertação das Agências de tarefas administrativas, de modo a concentrarem o esforço de actuação na relação personalizada com o Cliente.

4.3.3. Processos

No decurso do ano de 2006 foram realizadas várias acções de que se destacam as seguintes:

- Divulgação, no âmbito do dever de prestação de informação, de um novo preçário das comissões e das taxas de juros praticadas pela Caixa, permitindo, deste modo, o cumprimento das normas estabelecidas de acesso à informação ao Cliente;
- Introdução de novas metodologias de trabalho, através da análise das não conformidades ocorridas nas Agências e propostas de soluções;
- Promoção e análise de indicadores de qualidade para o front-office das Agências;
- Automatização do sistema de envio de dados à compensação para efeito de realização de operações de transferências bancárias;
- Revisão de normas que permitam o reforço do controlo interno.

4.4. Instalações

Com o objectivo de equacionar os diversos constrangimentos actualmente existentes, tanto a nível dos serviços centrais, como a nível da rede comercial, foram apresentados e aprovados pelas respectivas Câmaras Municipais, o projecto de arquitectura para a construção da Sede da Instituição na cidade da Praia, o projecto da Agência no Mindelo - S.Vicente e o projecto de alargamento da Agência em Assomada, Santa Catarina, Ilha de Santiago .

Prosseguindo com a política de expansão da rede comercial, foram adquiridos terrenos para as futuras instalações de balcões na cidade de Porto Novo, Ilha de S. Antão, e na vila do Sal Rei, Ilha da Boavista.

Procedeu-se ao aluguer e à remodelação de um espaço para a abertura de um balcão na zona de Achada de S. Filipe, cidade da Praia, o que elevará para 7 o número de pontos de venda da Caixa nesta cidade.

No âmbito da parceria com os Correios de Cabo Verde, foram ligados em on-line os serviços de Western Union das Delegações nas Estações dos Correios de Cabo Verde no Tarrafal de Santiago, no Porto Novo, Santo Antão, na Ribeira Brava e no Tarrafal, Ilha de S. Nicolau, permitindo, assim, a prestação de um serviço de melhor qualidade.

Foram identificados, a nível nacional, três pontos adicionais para o alargamento da rede de balcões, em 2007.

4.5. Marketing

A Caixa participou na 10ª Feira Internacional de Cabo Verde (FIC 2006), realizada na Cidade da Praia, para a divulgação dos seus produtos e serviços, assim como estabelecer contactos directos com os operadores económicos e o público em geral.

Durante o ano de 2006, procedeu-se ao lançamento de novos produtos, como o CREDICOMPUTADOR, CREDILAR e o Cartão VISA CORPORATE, com impacto muito positivo, tanto a nível do crédito a Particulares Outros Fins, como a nível da notoriedade da instituição.

Com a preocupação de melhorar continuamente as condições e a qualidade de atendimento e do serviço prestado, procedeu-se, em algumas agências, ao refrescamento da imagem, com a aquisição de suportes em acrílico para cartazes, porta-folhetos e montras, e à instalação do sistema electrónico de gestão de fila de atendimento.

4.6. Novos Canais de Distribuição

No domínio dos meios de pagamento electrónico, destaca-se a instalação de 1 ATM, elevando para 17 o número de ATM's instalados pela Caixa, enquanto que o sistema, no seu todo, passou a contar com 61 ATM's instalados, o que representa uma quota de mercado de 27,9%.

Quanto aos cartões de débito da Rede Vinti4, até Dezembro de 2006, foram produzidos mais 38.545 novos cartões, cabendo à Caixa a emissão de 10.906, o que corresponde a 28% do total de novas emissões. Relativamente ao número de transacções, a Caixa diminuiu a sua quota de 38,2% para 36,2%, de um total de 2.631.443.

Em termos de instalação de novos POS, a Caixa instalou mais 19 POS, mas perdeu quota de mercado, passando para os 20,2%, visto que o sistema, de 212 POS, em 2005, passou a contar com 386 POS, em 2006.

Quanto às transacções feitas nos POS, a Caixa teve uma diminuição da sua quota em relação a 2005, porquanto, de 29,7% passou para 25,6%.

Em relação aos cartões Visa, durante o ano de 2006, a Caixa foi o primeiro e único banco a lançar os cartões Corporate, destinada exclusivamente a Empresas. O total de cartões Visa emitidos foi de 93 cartões, em 2006, passando a Caixa a contar com o total de 176 cartões, no valor global de crédito atribuído de 37.860 contos.

Quanto aos cartões Jovem, emitidos em parceria com a Direcção Geral de Juventude, em 2006, a Caixa emitiu um total de 347 cartões Jovem e 113 cartões Jovem Universitário, o que representou um crescimento de 230,9%.

Em Outubro de 2006, a Caixa lançou o seu novo serviço de Internet-banking, tendo sido designado por CAIXANET, bem como o novo site www.caixa.cv, com apresentações públicas na cidade da Praia e no Mindelo, de forma a esclarecer sobre as funcionalidades do serviço.

De Outubro a Dezembro, foram efectuados 1.011 contratos CaixaNET para particulares e 163 para empresas, de que resultaram 61.946 transacções.

4.7. Relações com os Emigrantes

As acções promocionais junto da nossa comunidade emigrada foram muito limitadas, tendo em conta a acentuada redução das taxas de juro dos depósitos a prazo de emigrantes, verificada durante o exercício, o que conduziu a uma contracção significativa do crescimento dos seus depósitos.

A preocupação da instituição em relação à nossa comunidade emigrada foi materializada através da disponibilização do Internet-banking como meio de comunicação e de disponibilização de serviços.

Foi igualmente estabelecido um contacto com a comunidade residente no Luxemburgo, através de um programa radiofónico destinado às comunidades imigradas naquele país europeu



5. Relações Internacionais

5. Relações Internacionais.

As actividades do Instituto Mundial das Caixas Económicas continuaram a merecer a atenção da nossa Caixa. Assim, participamos em duas das actividades realizadas pelo Instituto, a saber, o Congresso Mundial e o Fórum das Caixas Económicas e Postais.

Participou-se, igualmente, na conferência anual dos agentes da Western Union, onde são apresentados os últimos desenvolvimentos do serviço, as melhores práticas e as perspectivas de desenvolvimento do serviço.

No âmbito da busca de soluções para os constrangimentos existentes, foi efectuada uma visita ao Banco Comercial dos Açores, no sentido de conhecer a sua experiência em áreas de interesse para a nossa instituição na perspectiva, da introdução de melhorias adicionais no funcionamento da instituição.

Na sequência da emissão de cartões de crédito com a marca da Caixa em 2005, e com o objectivo de enriquecer o serviço associado ao cartão, foi efectuada uma visita ao nosso correspondente em Luxemburgo e parceiro de longa data no domínio dos cartões de crédito.



6. Actividades no âmbito da Responsabilidade Social

6. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

Dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, de entre os quais destacamos os seguintes.

Na área cultural, o apoio ao grupo teatral Juventude em Marcha para a rodagem da peça teatral “Canjada”, o patrocínio do CD a solo do artista Tó Alves, do conjunto OBÁ, na gravação do CD Resistência, do artista Vadú, na gravação do CD a solo, do artista Kim Alves, na gravação do CD da artista Isa Pereira, na realização do espectáculo musical “Na Cultura, Nós Riqueza”, do artista Homero Fonseca, na gravação do DVD “Mornas de Sto Antão”, da artista Grace Évora na gravação do DVD a solo do grupo musical Ferro e Gaita, na gravação do CD/DVD ao vivo do grupo PBS, na produção do documentário sobre Tchabeta, da Associação Cultural Raiz de Polon, para formação dos bailarinos na Escola Superior de Dança, e o grupo musical Raiz de Djarfogo na aquisição de instrumentos musicais.

A Caixa também deu continuidade ao apoio às Câmaras Municipais na realização de eventos e diversos festivais, dos quais destacamos: a Câmara Municipal de Santa Catarina na realização do encontro de emigrantes, a Câmara Municipal de S. Filipe na comemoração do dia do município, a Câmara Municipal de Santa Cruz em homenagem ao artista “Katchás”, a Câmara Municipal de São Vicente na realização do XXª Edição do Festival da Baía das Gatas, a Câmara Municipal da

Praia na realização do Festival da Gambôa, a Câmara Municipal do Sal na realização do festival de Santa Maria, Câmara Municipal de São Miguel na realização das festividades do município. Também nas actividades desportivas, foi dada, entre outros apoios, continuidade ao patrocínio do Batuque F. C. em S. Vicente e do Boavista F. C. na Praia, equipamentos desportivos do Grupo Desportivo da Calheta de S. Miguel, da escola Epif na sua deslocação a Espanha, a Federação Cabo-verdiana de Atletismo na realização da corrida de S. Silvestre, da 1ª edição da taça Santiago Sul, a Associação de Basquetebol Região Santiago Sul na Iª edição da Taça Santiago Sul, do Cutelinho F.C. dos Mosteiros, e dos Vulcânicos F.C. para a realização do torneio Inter-encarnados.

No campo social foram concedidos vários apoios a diversas entidades de solidariedade social, nomeadamente à Associação Cabo-verdiana de Deficientes na realização do Teleton 2006, ao Ministério da Saúde na campanha do dia Mundial da Saúde, à Fundação Infância Feliz na comemoração do Dia da Criança, ao ICCA – Instituto da Criança e do Adolescente na realização da festa de natal das crianças de rua, à ICASE no apoio aos alunos carenciados, à Ordem dos Médicos na realização do Iº Congresso da Comunidade Medica de Língua Portuguesa, ao Instituto das Comunidades para a IIIª Edição do Guia do Emigrante, à Câmara de Comércio na realização do III- Fórum Público Privado, à Secretaria Geral da Juventude a quando da realização do Festival da Juventude na ilha do Sal, e ao Agrupamento de Escutismo de Santa Teresinha na aquisição de fardamentos.





7. Micro-Crédito

7. Micro – Crédito

7.1. Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas

Esta linha de microcrédito gerida pela Caixa é a de maior impacto e a mais importante de todas.

Durante o ano de 2006, verificou-se um acréscimo, embora não significativo, em termos do número de empréstimos concedidos, relativamente ao ano de 2005, passando de 923 para 937. Assim, e em termos globais, o número de beneficiários ascendeu a 13.879.

O montante de crédito concedido no decorrer do ano em apreço ascendeu ao montante de 42.660.000\$00, o que, comparado com o ano de 2005, representa um aumento de cerca de 4 pontos percentuais (4%), correspondendo a um montante acumulado de crédito concedido de 609.169.000\$00.

O montante do reembolso de capital mais os juros recebidos aumentou para 667.766.475\$00, dos quais 91.972.090\$00 correspondem aos juros recebidos, e o valor das cotas acumuladas pagas pelos beneficiários elevou-se para 25.991.760\$00, tendo a taxa de reembolso atingido 94%.

De referir que, em Setembro de 2006, e após uma avaliação positiva por parte de um Consultor contratado pelo ACDI/VOCA, este programa foi transferido definitivamente para a Caixa.

7.2. Programa Especial de Segurança Alimentar

Esta linha de microcrédito tem uma abrangência praticamente nacional, cobrindo os Concelhos de Tarrafal- Santiago, Porto Novo e R^a Grande- Santo Antão e também as Ilhas de Fogo e São Nicolau, sendo a sua coordenação assegurada, a nível local, pelos gerentes das Agências da Caixa e os respectivos Delegados do Ministério da Agricultura.

Até finais de Dezembro de 2006, deram entrada 70 pedidos de crédito, no valor de 21.361.746\$00, dos quais foram aprovados 55, a que corresponde um montante de 18.918.544\$00. Os restantes pedidos ficaram pendentes do cumprimento de exigências formais.

Verifica-se que o montante de créditos solicitados ultrapassa o valor já disponibilizado pela FAO, o que demonstra a importância e a aceitação desta linha de microcrédito junto dos clientes.



■ ■ ■ 8. Análise da Rendibilidade

8. Análise da Rendibilidade

8.1. Resultados do Exercício

Os Resultados Líquidos do Exercício registaram um crescimento de 103,75%, em relação aos do ano de 2005, passando de 136.777 para 278.801 contos, o que evidencia um aumento de mais de 142.000 contos. Os Resultados Brutos do Exercício atingiram os 369.872 contos, nível nunca antes atingido pela instituição, mercê de um acréscimo de 92,78%, ou seja, de 178.009 contos, em relação ao ano anterior.

Os Juros e Proveitos Equiparados, registaram um crescimento de 8,8%, enquanto os Juros e Custos Equiparados uma diminuição de 9%, resultando, em conjunto, num aumento de 28,15% da Margem de Intermediação Financeira, o que representa um acréscimo de 173.692 contos.

As Comissões Líquidas conheceram um crescimento de 32,19%, ou seja, mais 59.759 contos em relação ao ano anterior.

Desalientar, negativamente, a redução em 111% dos Lucros Líquidos em Operações Financeiras, passando de 109.905 para -12.098 contos, como consequência da acentuada depreciação do USD, verificada ao longo do ano de 2006.

O Produto Bancário registou, mesmo assim, um crescimento de 13,14% em relação a 2005, ou seja, mais 124.700 contos, como resultado da conjugação dos movimentos acima referidos.

Os Custos Administrativos conheceram um aumento de 14,54%, explicado na sua maioria pela rubrica Fornecimento e Serviços de Terceiros, que, por sua vez, se deveu, em boa parte, ao aumento do preço dos combustíveis e ao aumento drástico do seu consumo, motivado pelos cortes de fornecimento de energia eléctrica verificados durante uma boa parte do exercício.

Deste modo, os Meios Libertos apenas aumentaram 11,2%, isto é, 44.775 contos.

Os esforços desenvolvidos na recuperação do crédito, porém, produziram efeitos positivos, quer na diminuição das Provisões Líquidas, que registaram uma redução de 42,09%, ou seja, -75.149 contos, quer no acréscimo dos Ganhos e Perdas Extraordinários, que conheceram um aumento de 54.138 contos, ou seja, um crescimento de 7,11%.

Assim, os Resultados de Exploração beneficiaram de um acréscimo de 95,5%, que se traduziu numa subida de 123.871 contos.

O Cash Flow do Exercício registou um aumento de 15,47%, como consequência do aumento extraordinário verificado nos Resultados Líquidos do Exercício.

Evolução dos Resultados (contos)

Designação	2006	2005	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
+ Juros e Proveitos Equiparados	1.394.917	1.282.367	112.550	8,78%
- Juros e Custos Equiparados	604.212	665.354	-61.142	-9,19%
= Margem de Intermediação Financeira	790.705	617.013	173.692	28,15%
+ Comissões Líquidas	245.422	185.663	59.759	32,19%
+ Lucros Líquidos Operações Financeiras	-12.098	109.905	-122.003	-111,01%
+ Outros Prov. Líquidos	49.930	36.678	13.252	36,13%
= Produto Bancário	1.073.959	949.259	124.700	13,14%
- Custos Administrativos	629.563	549.638	79.925	14,54%
C. Pessoal	296.248	265.010	31.238	11,79%
Forn. Serv. Terc.	333.315	284.628	48.687	17,11%
= Meios Libertos	444.396	399.621	44.775	11,20%
- Amortizações	87.432	91.381	-3.949	-4,32%
- Provisões Líquidas	103.382	178.529	-75.147	-42,09%
= Resultados de Exploração	253.582	129.711	123.871	95,50%
+ Ganhos e Perdas Extraordinários	116.290	62.152	54.138	87,11%
= Resultado Bruto do Exercício	369.872	191.863	178.009	92,78%
- Impostos s/ Resultados	91.071	55.086	35.985	65,33%
= Resultado Líquido do Exercício	278.801	136.777	142.024	103,84%
Cash Flow do Exercício	469.615	406.687	62.928	15,47%

8.2. Rendibilidade e Eficiência

A rendibilidade da instituição conheceu uma melhoria significativa, em relação ao exercício anterior, em virtude da melhoria da margem de intermediação financeira e dos resultados alcançados na recuperação do crédito.

A Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) passou de 8,99% para 17,26% e a Rendibilidade do Activo (ROA) de 0,73% para 1,21%.

O rácio Cost to Income, indicador da eficiência da instituição, registou uma ligeira melhoria, em relação a 2005, passando de 67,3% para 66,76%. O Produto Bancário por Trabalhador, indicador da produtividade dos trabalhadores, registou igualmente uma ligeira melhoria, passando de 5.914,4 para 5.966,4 contos.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Designação	2006	2005
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	17,26	8,99
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA) (%)	1,21	0,73
Activo Líquido Médio / N.º Médio de Trabalhadores (mil contos)	145,3	117,4
Custos Administrativos / Activo Líquido Médio (%)	2,73%	2,91
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income) (%)	66,76	67,53
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	5.966,4	5.914,4
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	2.683,5	2553,8

8.3. Fundos Próprios e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios da instituição registaram um crescimento de 10,7%, em relação a 2005, atingindo os 1.696.864 contos, contra os 1.532.903 contos alcançados em 2005.

O Rácio de Solvabilidade sofreu uma quebra significativa em relação a 2005, passando de 12,8% para 10,1%, em 2006. Esta diminuição deveu-se, essencialmente, ao aumento significativo da

actividade bancária, sob a forma de crédito concedido, de garantias emitidas e de créditos documentários. Um outro factor que contribuiu para a queda deste indicador foi o aumento significativo verificado nas imobilizações incorpóreas.

O Rácio do Imobilizado Líquido sobre os Fundos Próprios, por sua vez, sofreu um aumento ligeiro, em relação ao exercício anterior, passando de 31,8% para 33,2%. Este aumento deveu-se, essencialmente, aos investimentos efectuados no sistema informático da instituição.

Rácios Prudenciais

Designação	2006	2005
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	10,4%	12,8%
Imobilizado Líquido / Fundos Próprios	33,2%	31,8%

Tendo em conta a Proposta de Aplicação de Resultados constante do ponto 9. do presente relatório, se a mesma vier a obter aprovação pela Assembleia Geral, então os rácios acima assumirão os valores de 11,4% e de 35,7% , respectivamente.

8.4. Provisões do Exercício

As Provisões Líquidas do Exercício atingiram 103.382 contos, registando uma diminuição de 75.147 contos, ou seja, – 42,09%, em relação ao ano anterior.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, praticamente, não sofreu alteração, em relação ao exercício anterior, situando-se nos 81,5%, contra 81,3%, no exercício anterior.

Créditos e Juros Vencidos (milhares de contos)

Designação	2006	2005
Crédito e Juros Vencidos	818,9	750,5
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	667,5	609,8
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total	5,6%	6,1%
Provisões Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos	81,5%	81,3%

■ 9. Proposta de Aplicação de Resultados



9. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2006 atingiu o valor de 278.801 contos;

Considerando que a instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;

Considerando que o plano de actividade da instituição prevê investimentos importantes em instalações, tais como a sede, a Agência do Mindelo e outras, que exigirão recursos significativos;

Considerando a necessidade do reforço dos fundos próprios da instituição como forma de reforçar o seu Rácio de Solvabilidade e a sua capacidade de financiamento;

Considerando a prática da Instituição, em termos de distribuição de dividendos, nos últimos anos;

O Conselho de Administração, esperando a compreensão dos Accionistas, apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reservas	163.961.000\$00
Para Distribuição de Dividendos (330 CVE por acção)	114.840.000\$00
Total	278.801.000\$00



10. Notas Finais

10. Notas Finais

O exercício de 2006 constituirá, seguramente, um marco positivo na história da instituição. Tanto a actividade como os resultados tiveram uma evolução muito positiva. Neste momento de balanço, apraz-nos registar que, apesar duma conjuntura desfavorável em termos de actividade creditícia e do reforço da concorrência no sistema bancário, a Caixa continua a registar níveis de crescimento superiores aos do Sector.

Os resultados alcançados devem-se, essencialmente, à confiança dos nossos Clientes e Parceiros, que contribuíram decisivamente para o engrandecimento e a consolidação crescente da instituição, pelo que lhes manifestamos o nosso agradecimento.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em favor do desenvolvimento de Cabo Verde e das suas instituições financeiras;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os Colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, contribuindo decisivamente para a posição e os resultados alcançados.

Presidente - Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira

Vice-Presidente - Dr. Luís Miguel A. Vasconcelos Lopes

Vogal - Dr. António Pereira Neves

Vogal - Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos

Vogal - Dr. Francisco José Gonçalves Simões

Vogal - Dr. Atelano João de Henriques Dias da Fonseca

Vogal - Dr. António Carlos Moreira Semedo

■ Balanço e Demonstração de Resultados



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Milhares de Escudos)

ACTIVO	2006		2005	
	Activo Bruto	Amort. e Prov.	Activo Líquido	Activo Líquido
1. Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	4.864.745	0	4.864.745	3.874.487
2. Disponibilidades à vista s/Instit. de Crédito	842.620	0	842.620	761.936
3. Outros créditos sobre instituições crédito	1.520.552	0	1.520.552	1.330.080
4. Créditos sobre clientes	14.670.104	667.520	14.002.583	11.722.818
5. Obrigações e outros títulos de rend. fixo	3.096.060	0	3.096.060	1.986.400
a) Obrig. e O/Tit.de rend.fixo-de Emiss.Públ.	3.096.060	0	3.096.060	1.986.400
b) Obrig. e O/Tit.de rend.fixo-de O/Emissores				
(Dos quais : Obrigações Próprias)				
6. Acções e outros títulos de rend. variável				
7. Participações	26.250	4.091	22.159	26.250
8. Partes de capital em empresas coligadas				
9. Imobilizações incorpóreas	184.888	109.644	75.244	21.791
10. Imobilizações Corpóreas	998.284	509.526	488.758	465.956
(Dos quais:Imóveis de serviço próprio)	203.867	32.546	171.321	162.708
11. Capital subscrito não realizado				
12. Acções próprias ou partes de capital próprias				
13. Outros activos	377.545	200	377.345	320.110
14. Contas de regularização	149.024	0	149.024	108.777
TOTAL DO ACTIVO	26.730.072	1.290.982	25.439.090	20.618.605
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAS				
GARANTIAS PRESTADAS E OUT.PASSIVOS EVENTUAIS			1.499.863	921.975

O Responsável da Contabilidade

PASSIVO	2006	2005
1. Débitos para com instituições de crédito	856.406	659.472
a) À vista	128.967	107.339
b) A prazo ou com pré-aviso	727.438	552.133
2. Débitos para com clientes	22.137.126	17.752.967
a) Depósitos de poupança	2.955.997	2.232.976
b) Outros depósitos	18.888.007	14.777.975
ba) À vista	8.164.604	5.008.441
bb) A prazo	10.723.403	9.769.354
c) Outros débitos	293.122	742.196
3. Débitos representados por títulos	0	0
4. Outros passivos	124.059	91.401
5. Contas de regularização	397.593	395.885
6. Provisões para riscos e encargos	219.453	180.739
a) Provisões para pensões e encargos similares	0	0
b) Outras provisões	219.453	180.739
6A. Fundo para riscos bancários gerais	7.590	5.239
7. Capital Subscrito	348.000	348.000
8. Reservas	1.070.063	1.048.126
9. Reservas de reavaliação		
10. Resultados transitados		
11. Lucro do exercício	278.801	136.777
TOTAL DO PASSIVO	25.439.090	20.618.605

Demonstração de Resultados do o Exercício de 2006 (Milhares de Escudos)

CUSTOS	2006	2005
1. Juros e Custos Equiparados	604.212	665.366
2. Comissões	13.686	10.575
3. Prejuízos em Operações Financeiras	119.320	14.565
4. Gastos Gerais Administrativos	629.563	549.638
a) Custos com Pessoal	296.248	265.010
Dos quais:		
(salários e vencimentos)	257.237	230.684
(encargos sociais)	37.617	33.281
Dos quais:		
(c/pensões)	0	0
b) Outros Gastos Administrativos	333.315	284.628
5. Amortizações do Exercício	87.432	91.381
6. Outros Custos de Exploração	4.184	3.338
7. Provisões p/Crédito Vencido e p/Outros Riscos	458.281	463.735
8. Provisões para Imobilizações financeiras	4.091	0
9. Resultado da Actividade Corrente	254.039	129.792
10. Perdas Extraordinárias	9.104	24.651
11. Impostos sobre Lucros	91.071	55.086
12. Outros Impostos	457	93
13. LUCRO DO EXERCÍCIO	278.801	136.777
TOTAL	2.300.202	2.015.205

O Responsável da Contabilidade

PROVEITOS	2006	2005
1. Juros e Proveitos Equiparados	1.394.917	1.282.367
Dos quais:		
(títulos de rendimento fixo)	107.710	73.339
2. Rendimentos de Títulos	0	0
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos		
de rendimento variável	0	0
b) Rendimento de Participações	0	0
c) Rendimento de partes de capital em emp. coligadas	0	0
3. Comissões	259.108	196.238
4. Lucros em Operações Financeiras	107.222	124.470
5. Reposições e anulações respeitantes a correcções		
de valor relativas a crédito e provisões para		
passivos eventuais	358.991	285.206
6. Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor		
relativas a valores mobiliários que tenham carácter		
de imobilizações financeiras, participações e as partes		
de capital em empresas coligadas	0	0
7. Outros Proveitos de Exploração	54.571	40.109
8. Resultado da Actividade Corrente	0	0
9. Ganhos extraordinários	125.394	86.814
TOTAL	2.300.202	2.015.205

O Responsável da Contabilidade

■ Anexos às Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Em contos)

ACTIVO		Notas	1000	2006-12	2005-12
			Activo Bruto	Amort. e Prov.	Activo Liq.
1. Caixa e disponibilidades Bancos Centrais			4 864 745		4 864 745
2. Disponibilidades ... vista s/Instituiç.de Crédito	38		842 620		842 620
3. Outros créditos sobre instituições crédito	13		1 520 552		1 520 552
4. Créditos sobre clientes	13		14 670 104	667 520	14 002 584
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10		3 096 060		3 096 060
a) Obrigações e O/Tít.de rend.fixo-de emiss.Públ.			3 096 060		3 096 060
b) Obrigações e O/Tít.de rend.fixo-de O/Emissores					
(Dos quais : Obrigações Próprias)					
6. Acções e outros títulos de rendimento variável					
7. Participações			26 250	4 091	22 159
8. Partes de capital em empresas coligadas					
9. Imobilizações incorpóreas	11		184 888	109 644	75 244
10. Imobilizações Corpóreas	11		998 284	509 526	488 758
(Dos quais:Imóveis de serviço próprio)	11		203 867	32 546	171 321
11. Capital subscrito não realizado					
12. Acções próprias ou partes de capital próprias					
13. Outros activos	25		377 545	200	377 345
15. Contas regularizações	24		149 024		149 024
16. Prejuízo exercício					
TOTAL DO ACTIVO			26 730 072	1 290 982	25 439 090
			26 687 223 950		
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAS			26 730 072		
90 - GARANT.PREST.E OUT.PAS.EVENTUAIS	40				1 499 863
92 - COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS					

PASSIVO	Total	2006-12	2005-12
1. Débitos para com as instituições de crédito	17	856 406	659 472
a) A vista		128 967	107 339
b) A prazo ou com pré-aviso		727 438	552 133
2. Débito para com clientes	17	22 137 126	17 752 967
a) Depósitos de poupança		2 955 997	2 232 976
b) Outros depósitos		18 888 007	14 777 795
ba) A vista		8 164 604	5 008 441
bb) A prazo		10 723 403	9 769 354
c) Outros débitos		293 122	742 196
3. Débitos representados por títulos			
4. Outros passivos	25	124 059	91 401
5. Contas de regularização	24	397 593	395 885
6. Provisões para riscos e encargos	22	219 453	180 739
a) Provisões para pensões e encargos similares			
b) Outras provisões		219 453	180 739
6A. Fundo para riscos bancários gerais	22	7 590	5 239
9. Capital subscrito	1	348 000	348 000
11. Reservas	39	1 070 063	1 048 126
12. Reservas de reavaliação			
13. Resultados transitados		0	
14. Lucro do exercício		278 801	136 777
TOTAL DO PASSIVO		25 439 090	20 618 605

ACTIVO		1000	2006-12	2005-12	PASSIVO		2006-12	2005-12
		Activo Bruto	Amort. e Prov.	Activo Líquido				
1. Caixa e disponibilidades Bancos Centrais		4 864 745		4 864 745	3 874 487	1. Débitos para com as instituições de crédito	856 406	659 472
2. Disponibilidades ... vista s/Instituiç.de Crédito		842 620		842 620	761 936a)	A vista	128 967	107 339
3. Outros créditos sobre instituições crédito		1 520 552		1 520 552	1 330 080b)	A prazo ou com pré-aviso	727 438	552 133
4. Créditos sobre clientes		14 670 104	667 520	14 002 583	11 722 8182.	Débito para com clientes	22 137 126	17 752 967
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		3 096 060		3 096 060	1 986 400a)	Depósitos de poupança	2 955 997	2 232 976
a) Obrigações e O/Tit.de rend.fixo-de emiss.Públ.		3 096 060		3 096 060	1 986 400b)	Outros depósitos	18 888 007	14 777 795
b) Obrigações e O/Tit.de rend.fixo-de O/Emissores					ba) A vista		8 164 604	5 008 441
(Dos quais : Obrigações Próprias)					bb) A prazo		10 723 403	9 769 354
6. Acções e outros títulos de rendimento variável					c) Outros débitos		293 122	742 196
7. Participações		26 250	4 091	22 159	26 2503.	Débitos representados por títulos		
8. Partes de capital em empresas coligadas					4. Outros passivos		124 059	91 401
9. Imobilizações incorpóreas		184 888	109 644	75 244	21 7915.	Contas de regularização	397 593	395 885
10. Imobilizações Corpóreas		998 284	509 526	488 758	465 9566.	Provisões para riscos e encargos	219 453	180 739
(Dos quais:Imóveis de serviço próprio)		203 867	32 546	171 321	162 708a)	Provisões para pensões e encargos similares		
11. Capital subscrito não realizado					b) Outras provisões		219 453	180 739
12. Acções próprias ou partes de capital próprias					6A. Fundo para riscos bancários gerais		7 590	5 239
13. Outros activos		377 545	200	377 345	320 110			
					9. Capital subscrito		348 000	348 000
15. Contas regularizações		149 024		149 024	108 777			
					11. Reservas		1 070 063	1 048 126
16. Prejuízo exercício								
					12. Reservas de reavaliação			
					13. Resultados transitados		0	
					14. Lucro do exercício		278 801	136 777
TOTAL DO ACTIVO		26 730 072	1 290 982	25 439 090	20 618 605	TOTAL DO PASSIVO	25 439 090	20 618 605
		26 687 223 950						
RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAS		26 730 072						
90 - GARANTIAS PRESTADAS E OUT:PASSIVOS EVENTUAIS				1 499 863 472	921 975 121			
92 - COMPROMISSOS PERANTE TERCEIROS								

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31.12.2006(Em contos)

DEBITO		2006-12	2005-12	CREDITO	2006-12	2005-12
A. CUSTOS	B. PROVEITOS					
1. Juros e custos equiparados	665 3661. Juros e proveitos equiparados	604 212	665 3661.		1 394 917	1 282 367
2. Comissões	Dos quais:	13 686	10 575			
	(títulos de rendimento fixo)				107 710	73 339
3. Prejuizos em operações financeiras	2. Rendimentos de títulos	119 320	14 565			
					0	0
4. Gastos gerais administrativos	a) Rend. de accões, de quotas e de outros tit.v	629 563	549 638			
					0	0
a) Custos com pessoal	de rendimento variável	296 248	265 010			
					0	0
Dos quais:						
(salários e vencimentos)	b) Rendimento de participações	257 237	230 684			
(encargos sociais)	c) Rend. de partes de capital em emp. coligadas	37 617	33 281			
Dos quais:	3. Comissões				259 108	196 238
(c/pensões)		0	0			
	4. Lucros em operações financeiras				107 222	124 470
b) Outros gastos administrativos		333 315	284 628			
	5. Reposições e anul.ref. a correcções de valor relativas a creditos e provisões para passivos eventuais	87 432	91 381			
5. Amortizações do exercício					358 991	285 206
	6. Repos. e anul. respeitantes a correc. de valor relativas a valores mobiliarios que tenham o caracter de imob. fin. part. e partes capital em empresas coligadas	4 184	3 338			
6. Outros custos de exploração						
7. Provisões p/crédito vencido e p/outros riscos .		458 281	463 735			
8. Provisões para imobilizações financeiras		4 091	0		0	0
10. Resultado da actividade corrente	Outros proveitos de exploração	254 039	129 7927.		54 571	40 109
11. Perdas extraordinárias	Resultado da actividade corrente	9 104	24 6518.		0	0
13. Impostos sobre lucros	Ganhos extraordinários	91 071	55 0869.		125 394	86 814
14. Outros impostos	93 11. PREJUIZO DO EXERCICIO	457			0	0
15. LUCRO DO EXERCICIO		278 801	136 777			
TOTAL	TOTAL	2 300 202	2 015 205		2 300 202	2 015 205



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em milhares de escudos, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde (adiante designado por “Caixa”), é uma instituição bancária e de crédito que foi transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto, sucedendo à Caixa Económica de Cabo Verde, EP. A Caixa rege-se pelos seus estatutos, pelas normas que regulam as sociedades anónimas e ainda por normas gerais e especiais aplicáveis às instituições de crédito.

Em Novembro de 1999 o Estado de Cabo Verde alienou 139.200 acções a um agrupamento composto pela Caixa Económica Montepio Geral, pela IMPAR – Companhia de Seguros e por 51 empresários e quadros nacionais, na sequência do processo que visou a privatização da Caixa.

A Caixa tem por objectivo o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

Em Janeiro de 2001, conclui-se o processo relativo a segunda fase da privatização, na qual o Estado alienou as 54.800 acções que ainda detinha e que se destinavam aos trabalhadores, pequenos subscritores e ao público em geral.

O Capital Social da Caixa é de 348.000 contos, subscrito da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2006.

Entidade	Nºde Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral-Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar –Companhia Caboverdiana de Seguros	38.368	11,0%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local*	26.045	7,5%
Outros Subscritores	22.726	6,5%
Trabalhadores	3.835	1,1%
Total	348.000	100,0%

*Grupo de 50 empresários e quadros nacionais

O Capital Social encontra-se representado por trezentas e quarenta e oito mil acções, com o valor nominal de mil cada, podendo ser aumentado por decisão da Assembleia Geral.

Para o exercício da sua actividade a Caixa dispõe da seguinte rede comercial:

	2006	2005
Sede	1	1
Balcões	15	13
Delegações nos Correios	13	13
	29	27

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Caixa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2006 não se verificou qualquer alteração relativa aos princípios contabilísticos em relação ao ano transacto. Todavia a Caixa continua a implementar procedimentos diversos visando o reforço do controlo interno.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1 As demonstrações financeiras da Caixa foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário Cabo-verdiano e outras disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe foi atribuída.

3.2 As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os Proveitos e custos, das operações activas ou passivas, reconhecem-se de acordo com o principio contabilístico da especialização do exercício, sendo registados nas contas de resultados quando ocorrem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os juros de crédito não pagos, com excepção dos garantidos pelo Sector Público Administrativo, são anulados três meses após o vencimento dos mesmos e passam a ser contabilizados nas contas extra patrimoniais – Juros vencidos.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os custos e proveitos relativos às transacções em moeda estrangeira registem-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. A posição cambial é reavaliada mensalmente com base no câmbio médio do último dia do mês. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos ou lucros em operações financeiras, respectivamente.

c) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, riscos gerais de crédito e fundo para riscos bancários gerais

(i) Provisão para crédito e juros vencidos

Trata-se de uma provisão específica apresentada como dedução da rubrica “Créditos sobre clientes” e destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. Esta provisão é apurada mediante a aplicação de percentagens que variam em função da classe de risco, a qual reflete o escalonamento dos créditos e juros vencidos como função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento. (Notas 13c e 22)

(ii) Provisão para crédito de cobrança duvidosa

Destina-se a cobrir os riscos de realização do capital vincendo relativo à créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o Aviso 9/98, consideram-se como crédito de cobrança duvidosa, os seguintes:

- O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital excedem 25% do capital em dívida;
- as prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Cabo Verde, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta instituição.

(iii) Provisões para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, na rubrica “Provisões para riscos e encargos – outras provisões” e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados, assim como riscos resultantes da actividade da Caixa. Esta provisão é calculada pela aplicação de uma percentagem genérica de 1,5% à totalidade do crédito vincendo, incluindo as garantias e avales prestados. À base de cálculo desta provisão são deduzidos os créditos relativos aos contratos realizados com entidades da Administração Pública e os créditos já provisionados para efeito de cobrança duvidosa (nota 22).

(iv) Fundo para riscos bancários gerais

Para cobertura de outros riscos e contingências decorrentes da actividade, a Caixa possui, para além das provisões acima referidas, uma provisão genérica incluída no passivo na rubrica “Fundo para riscos bancários gerais”

d) Carteira de títulos

Atendendo as características e intenção quando da sua aquisição, a carteira de títulos da Caixa é classificada da seguinte forma:

(i) Títulos de negociação

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder os seis meses, sendo registado ao custo de aquisição. Os juros corridos são levados a proveitos na rubrica “Juros e proveitos equiparados – Títulos negociação”, por contrapartida numa conta de regularização.

(ii) Títulos de investimento

São considerados títulos de investimento, aqueles que são adquiridos com o objectivo de retenção por um período superior a seis meses.

e) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem principalmente a custos relacionados com implementação de novos sistemas de informação e são amortizadas segundo o método de quotas constantes.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas com a aplicação das taxas constantes da Portaria nº 3/84.

7. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO REEMBOLSÁVEIS NO ANO SEGUINTE

Em 31 de Dezembro de 2006, os montantes das Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano que se segue à data de encerramento do balanço são os seguintes:

De emissores – Residentes

Títulos de dívida pública	2006
- CVBT20070510	108.000
- CVBT20070523	28.330
- CVBT20070523	50.000
- CVBT20070523	50.000
- CVBT20070523	50.000
- CVBT20070226	100.000
- CVBT20070308	40.000
- CVBCVTIM0702	50.000
- CVBCVTIM0702	50.000
- CVBCVTIM0702	50.000
- CVBCVTIM0702	50.000
- CVBCVTIM0706	37.500
- CVBCVTIM0706	150.000
- CVBCVTIM0706	150.000
- CVBCVTIM0706	50.000
	1.013.830

10. CARTEIRA DE TÍTULOS

Inventário da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2006:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO					
Títulos de rendimento fixo-emitidos por residentes.					
De dívida publica cabo-verdiana					
- A Curto Prazo					
Títulos de Tesouro	42.633	10.000	422.062	426.330	426.330
Títulos de Intervenção	58.750	10.000	575.658	587.500	587.500
TOTAL.....	400.583		997.720	1.013.830	1.013.830

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de Balanço
A. TÍTULOS - INVESTIMENTO				
Títulos de rendimento fixo- de emissores públicos				
De dívida publica caboverdiana				
- A médio e Longo Prazo				
Obrigações de Tesouro	208.223	10.000	2.082.230	2.082.230
TOTAL.....	208.223		2.082.230	2.082.230

11. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

Os movimentos e saldos do activo imobilizado durante o exercício 2006 são como segue:

DESCRIPTIVO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		AUMENTOS		AMORT.		ABATES		VALOR	VALOR
	EM : 31 / 12 / 2005		ATÉ : 31/ 12 /2006		DO		IMOB.	AMORT.	BRUTO	LÍQUIDO
	VALOR	AMORT.	AQUIS.	REAV.	EXERC.	TRANSF.			EM	EM
	BRUTO	ACUM.	(Liq.)						31-12-2006	31-12-2006
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)=(A+C-G)	(I-B-E-H)
1-) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	110.008	100.438	57.404		9.205				167.412	57.769
Despesas de estabelecimento	10.614	10.162	0		251				10.614	201
Campanha de publicidade	28.088	27.384	0		704				28.088	0
Sistema de tratamento de dados	69.188	61.462	57.404		8.067				126.592	57.063
Despesas em edifícios arrendados	2.118	1.430	0		183				2.118	505
2-) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	842.528	438.265	44.057		78.227		2.780	6.965	883.805	374.278
Imoveis de serviços Proprio	185.240	29.259	2.282		6.934			3.646	187.522	154.975
Outros Imóveis	21.012	5.487	0		531			539	21.012	15.533
Equipamentos	634.487	403.115	41.775		70.669		2.780	2.780	673.482	202.478
Património Artístico	1.789	404	0		93				1.789	1.292
3-) IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	73.915		76.187			18.147			131.955	131.955
Imobilizações incorpóreas	12.222		0			10.542			1.680	1.680
Imóveis	43.491		38.926			2.421			79.996	79.996
Equipamentos	18.202		21.465			5.184			34.483	34.483
Adiant. p/ conta de Imobilizado	0		15.796						15.796	15.796
TOTAIS	1.026.451	538.703	177.648		87.432	18.147	2.780	6.965	1.183.172	564.002

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes com base na portaria 3/84.

13. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

a) OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Aplicações em instituições de crédito		
No Estrangeiro		
- Depósitos a prazo	1.520.369	1.329.897
- Depósitos para caução	183	183
	1.520.552	1.330.080

b) CRÉDITO SOBRE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição

	2006	2005
Crédito interno		
Crédito Normal		
- Habitação	6.080.500	5.477.211
- Investimento	2.340.017	2.296.356
- Pessoal	2.571.358	1.898.380
- Comercial	371.094	324.149
- Contas correntes caucionadas	2.310.379	1.356.818
- Descoberto em depósitos à ordem	177.848	229.230
Crédito vencido		
- Habitação	50.280	41.090
- Investimento	383.293	337.954
- Pessoal	103.422	92.036
- Comercial	143.874	138.024
- Contas correntes caucionadas	13.577	15.838
- Descoberto em depósitos à ordem	93.622	100.839
	788.068	725.781
Juros vencidos	30.840	24.742
Total crédito	14.670.104	12.332.667
Provisões p/Crédito e juros vencidos e cob.duvidosa	(667.520)	(609.849)
	14.002.584	11.722.818

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a carteira de crédito da Caixa por prazos residuais até ao vencimento é a seguinte:

	2006	2005
Até 3 meses	1.771.194	1.371.428
De 3 meses até 1 anos	1.578.843	1.000.219
De um ano a cinco anos	4.042.023	3.506.546
Mais de cinco anos	7.247.204	6.429.732
	14.639.264	12.307.925
Juros de credito vencido	30.840	24.742
Total	14.670.104	12.332.667

c) Provisões para crédito e juros vencidos, crédito de cobrança duvidosa, riscos gerais de crédito e fundo para risco bancárias gerais.

A situação normal inclui os créditos vincendos e os créditos vencidos há menos de um mês o que é permitido pelo Plano de Contas do Sistema Bancário Cabo-verdiano.

Os créditos vencidos são enquadrados em função do período decorrido após o vencimento, nas seguintes classes de risco e com as seguintes taxas de provisão:

Classes	Período após venc.	Taxa de provisão
Classe I	Até 3 meses	10%
Classe II	De 3 a 6 meses	20%
Classe III	De 6 meses a 1 ano	50%
Classe IV	De 1 a 3 anos	75%
Classe V	Mais de 3 anos	100%

Em 31 de Dezembro o crédito vencido, por tipo de crédito repartia-se pelas seguintes classes:

	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	Total
Habitação	2.690	4.053	6.830	18.569	18.139	50.281
Investimento	4.877	9.593	29.334	104.077	235.522	383.403
Pessoal	9.161	8.504	16.604	37.634	35.906	107.809
Comercial	5.416	6.725	11.417	47.876	73.238	144.672
Contas correntes caucionadas	0	0	500	6.370	1.413	8.283
Descobertos em depósitos à Ordem	2.599	3.400	1.563	32.846	53.212	93.620
Total	24.743	32.275	66.248	247.372	417.430	788.068
Juros Vencidos	21.133				9.707	30.840
	45.876	32.275	66.248	247.372	427.137	818.908

A provisão por crédito vencido constituída em 31 de Dezembro é a seguinte:

	Saldo do crédito	Crédito Vencido	Prov.Cob.Duvidosa	Total
Situação Nornal	13.851.196		6.572	6.572
Vencida CL I	24.743	3.093	386	3.479
Vencida CL II	32.275	7.475	1.710	9.185
Vencida CL III	66.248	33.514	12.762	46.276
Vencida CL IV	247.372	188.813	21.609	210.422
Vencida CL V	417.430	378.739	12.847	391.586
Total	788.068	611.634	55.886	667.520

Além destas provisões, a Caixa dispõe de provisões genéricas para riscos gerais de crédito que, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, ascendiam a 219.453 e 180.738, respectivamente

(Nota 22).

17. DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E PARA COM CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 as rubricas e sub rubricas 1.b), 2.a) e 2bb) do passivo apresentam-se de forma seguinte:

Débitos para com instituições de crédito

Depósitos à ordem	2006	2005
- Instituições monetárias	9.384	11.219
- Instituições financeiras não monetárias	119.584	96.120
Empréstimos	726.596	551.325
Depósito a prazo		
- Instituições financeiras não monetárias	842	808
	856.406	659.472

Em Março de 2005, a Caixa contraiu um empréstimo junto da Internacional Finance Corporation no valor de 5 milhões de euros, por um período de 5 anos, a taxa de euribor a 6 meses.

Débitos para com clientes

	2006	2005
Depósitos de poupança:		
Particulares - c/ cadernetas	2.955.997	2.232.976
À vista		
Sector Público Administrativo	675.194	667.467
Outros residentes	6.668.466	3.701.890
Emigrantes	820.944	639.084
	8.164.604	5.008.441
A prazo		
Sector Público Administrativo	2.600	303.730
Outros residentes	4.298.913	3.503.787
Emigrante	6.421.890	5.961.837
	10.723.403	9.769.354
Titulos - Títulos do Tesouro	108.000	549.160
Cheques e ordens a pagar	11.946	24.262
Empréstimos obtidos	96.667	108.333
De residentes		
Recursos consignados	60.441	60.441
	22.137.126	17.752.863

A rubrica Empréstimo obtida de residentes representa um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros à taxa anual de 4%, sendo amortizável em 15 prestações anuais. Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS, para aquisição de habitação própria, à taxa de juro de 8% e um período de reembolso de 25 anos, com um ano de carência.

A rubrica Micro-crédito refere-se ao Programa de Formação e Empréstimo a Micro-Empresas.
(Nota 25)

22. MOVIMENTO DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos nestas rubricas, durante o exercício 2006, podem ser resumidos como segue:

	Saldo em 31-12-2005	Reforços	Reposições	Utilizaç.	Saldo em 31-12-2006
Crédito, juros vencidos e cobrança duvidosa	609.850	302.733	-244.513	-550	667.520
Imobilizações financeiras	200	4.091			4.291
Riscos gerais de crédito	180.738	153.193	-114.478		219.453
Fundo para riscos bancários gerais	5.239	2.356		-5	7.590
	796.027	462.373	-358.991	-555	898.854

As provisões para riscos gerais de crédito correspondem, em média, a 1,5% do crédito em situação normal, incluindo o representado por aceites, garantias e avals.

O reforço da provisão para imobilizações financeiras visa a cobrir os resultados negativos empresa imobiliária cuja participação da Caixa e de 17.85% em 2006.

O fundo para riscos bancários gerais respeita a uma correcção de impostos relativos ao ano de 2005 acrescida duma multa e que foram contestadas aguardando uma decisão final.

23. CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO ENTRE TÍTULOS DE NEGOCIAÇÃO E DE INVESTIMENTOS.

Os títulos de negociação e investimentos distinguem-se pelas características e intenção quando da aquisição. (Nota 3.2 d)

24. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Activas		
Proveitos a receber	90.981	73.376
Despesas com custos diferidos	771	10.228
Outras contas de regularização	57.272	25.173
	149.024	108.777
Passivas		
Custos a pagar	344.127	369.458
Receitas com proveitos diferidos	12.410	11.528
Outras contas de regularização	41.056	14.899
	397.593	395.885

A rubrica Proveitos a receber representa o valor dos juros especializados à data de 31 Dezembro de 2006, ou seja, os juros até ao final do exercício, quer a créditos concedidos (58.094 contos), quer a Obrigações do Tesouro (27.351 contos) e de depósitos (5.536 contos).

A rubrica Outras contas de regularização - Activas, inclui, (12.477 contos) referentes ao Economato (cheques, cadernetas, e material de escritório) ; (17.021 contos) operações de compensação; (5.844 contos) operação de Western Union das delegações

A Rubrica Custos a pagar inclui: (i) (243.526 contos) juros a pagar de depósitos; (ii) (17.957 contos) especialização de remuneração a pagar, nomeadamente subsídio de férias; (iii) (69.945 contos) especialização de custos administrativos e; (iv) (1.649 contos) referentes à especialização de juros do empréstimo do INPS e (iiv) (11.050 contos) de empréstimos de instituições de crédito no estrangeiro.

A rubrica Receitas com proveitos diferidos respeita à especialização de: (i) juros antecipados do crédito concedido (14); (ii) comissões sobre garantias prestadas (2.369 contos) e; (iii) juros antecipados de títulos de Tesouro (10.270 contos).

25. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros Activos

	2006	2005
Devedores por remessas cambiais	62.987	90.235
Micro-crédito	60.270	60.441
Estado-Bonificações	177.102	117.932
Linha de crédito micro-empresas	5.234	5.234
Devedores por reembolso de despesas	260	272
Numismática e medalhística	440	438
Aplic. P/ Recuperação de credito	5.624	1.924
Participações	4.023	4.023
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	13.762	13.762
Diversos	47.843	26.049
	377.545	320.310
	-200	-200
	377.345	320.110

O Saldo da rubrica Devedores p/ remessas cambiais – não residentes, corresponde às remessas efectuadas até 31 de Dezembro de 2006 e que ainda não tinham tido cobertura, até a data, por parte dos respectivos Bancos correspondentes.

A rubrica Micro-crédito revela o valor do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas recebido da ACDI/VOCA, cujo protocolo de transferência definitiva de gestão foi celebrado em 24 de Fevereiro 2006.

A rubrica Estado-bonificações, refere-se aos valores a receber do Estado respeitantes a bonificações de juros, quer de depósitos emigrantes e de crédito.

A rubrica Diversos respeita, basicamente, a operações relacionadas com transferências Western Union a aguardar regularização.

Outros passivos

	2006	2005
Imposto industrial	91.071	56.196
Retenção de Imposto Único s/ Rendimento	412	0
Imposto de selo	3.444	3.763
Previdencia social	584	0
Cobranças p/ conta de terceiros	15	7.166
Imposto de Rend. de capitais	7.856	5.475
Outros	20.677	18.801
	124.059	91.401

O Imposto Industrial refere-se ao imposto previsional sobre Lucro de 2006.

A rubrica Cobrança p/ conta de terceiros refere-se aos valores de impostos cobrados por conta do Estado no âmbito do protocolo de prestação de serviços de cobrança e pagamento de impostos celebrado em 14 de Outubro de 2005.

A rubrica "outros" regista o montante do prémio de produtividade a ser pago aos trabalhadores em 2007. No ano anterior o mesmo tinha sido contabilizado nas contas de regularização.

27. EFFECTIVOS

Em 31 de Dezembro, o pessoal da caixa, de acordo com as funções exercidas, pode ser resumido de seguinte forma:

	2006	2005
Direcção Geral e Coordenação	9	9
Gerência e Chefias	22	22
Técnicos	26	24
Administrativos	110	83
Apoio Geral e Auxiliar	22	21
	189	159

28. ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

As remunerações auferidas pelos órgãos de gestão e fiscalização nos exercícios 2006 e 2005, ascenderam a 29.142 contos e 26.858 contos.

31. Juros e custos equiparados

	2006	2005
Juros de depósitos a prazo	510.519	584.281
Juros de depósitos à ordem	41.658	38.767
Juros de empréstimos obtidos	36.294	25.446
Juros de Bilhetes do Tesouro cedidos	10.774	10.854
Outros Juros	4.967	6.018
	604.212	665.366

A rubrica de juros de Depósito à ordem refere-se aos depósitos à ordem – conta caderneta. A rubrica juros de empréstimos obtidos regista os custos com os empréstimos contraídos junto da International Finance Corporation e do Instituto Nacional de Previdência Social.

32. Gastos gerais administrativos

Custos com pessoal	2006	2005
Remunerações	200.086	178.849
Previdência social	31.570	28.144
Outros Subsídios	25.683	22.675
Subsídio de férias	15.793	15.353
Subsídio de natal	15.675	13.807
Outros	7.441	6.182
Total (A)	296.248	265.010
Fornecimentos e serviços de terceiros		
Serviços especializados	76.870	69.975
Encargos com ATM	60.139	53.751
Comunicações	44.238	41.370
Publicidade	33.391	37.473
Rendas e alugueres	10.268	8.523
Deslocações, estadas e representação	20.218	17.393
Água, gás e electricidade	17.688	15.167
Impressos e material de consumo corrente	23.857	8.998
Conservação e reparação	8.199	7.571
Encargos c/ formação do pessoal	8.411	3.085
Combustíveis	6.403	3.914
Contencioso e notariado	6.080	854
Seguros	7.660	7.303
Material de Informática	3.806	2.713
Outros	6.087	6.538
Total (B)	333.315	284.628
Total (A) + (B)	629.563	549.638

33. Amortizações do exercício

	2006	2005
De imobilizações incorpóreas	9.205	13.433
De imobilizações corpóreas	78.227	77.948
	87.432	91.381

34. Juros e Proveitos equiparados

	2006	2005
Juros de crédito a médio e Longo prazo	1.010.376	959.954
Juros de crédito a curto prazo	189.428	185.473
Juros de Obrigações de Tesouro	94.497	48.502
Juros de mora	25.153	24.347
Juros de aplicação no estrangeiro	8.879	18.577
Juros de disponibilidades	51.448	20.016
Juros de aplicações no país	1.923	662
Juros de Bilhetes de Tesouro	13.213	24.836
	1.394.917	1.282.367

35. Comissões

	2006	2005
Sobre operações c/ o estrangeiro	138.089	112.351
Flat	62.936	42.265
Por garantias e avales prestados	20.256	14.429
Por serviços bancários prestados	37.827	27.193
	259.108	196.238

36. Outros proveitos de exploração

	2006	2005
Taxas de Serviço	41.014	27.194
Sobre cartões	4.955	5.681
Vendas de cheques e outros impressos	6.448	5.265
Avaliações	1.332	1.406
Rendimento de imóveis	142	173
Serviço de seguros	431	390
Outros	-	-
Reembolso de despesas	249	-
	54.571	40.109

37. Impostos sobre lucros

A Caixa está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR) à taxa 30%. Sendo uma sociedade comercial cotada em bolsa, a Caixa beneficia a partir deste ano e por um período de 3 anos, duma redução de 15% dos seus rendimentos. O imposto previsional sobre lucros é de 91.071 contos em 2006 contra 55.086 contos em 2005.

38. Disponibilidade à vista s/ instituições de crédito

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2006	2005
Depósitos no estrangeiro	800.277	736.500
Cheques a cobrar- no estrangeiro	24.760	12.978
Depósitos no País	14.241	7.736
Cartões crédito a cobrar- no Estrangeiro	1.542	3.702
Cheques a cobrar- no país	1.801	1.020
	842.621	761.936

A rubrica Depósitos no Estrangeiro revela o contravalor em moeda estrangeira constituídos em correspondentes estrangeiros, os quais apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Marine Midland Bank	158.196	290.406
Montepio Geral	3.507	51.064
ABN Amro Bank	92.801	94.063
Banque Nationale de Paris	69.821	15.315
Banque et Caisse D'Espargne de L'Etat	86.045	35.327
Banco Cental Hispano	-	13.153
Caixa Geral de Depósitos	66.487	41.821
Commerzbank	45.685	23.281
Banco Português Investimento	9.688	5.894
Cassa Risparmio delle Provincie Lombarde	12.808	17.888
Credit Suisse	195.414	109.710
Natexis Banques Populaires	15.060	5.747
Den Danske Bank	3.214	6.101
Banco Espírito Santo	26.540	14.730
Skandinaviska Enskilda Banken	15.010	11.818
Citizens Bank of Rhode Island	-	182
	800.276	736.500

Os depósitos à ordem em moeda estrangeira encontram-se valorizados ao câmbio médio de divisas do último dia útil do exercício.

As rubricas a Cheques a cobrar, representam o montante existente em cheques sobre outras instituições, em 31 de Dezembro de 2006.

39. RESERVAS

	2006	2005
Reservas livres	441.570	433.310
Outras reservas – BITS	246.249	246.249
Reserva p/ riscos s/ financiamentos p/ empresas	167.520	167.520
Reserva legal	195.901	182.224
Fundo de crédito para micro irrigação	15.000	15.000
Fundo GARI	3.823	3.823
	1.070.063	1.048.126

A rubrica Outras reservas – BITS, corresponde ao contravalor de USD 2.811.775 e decorre de um contrato de empréstimo obtido pela Caixa Junto de Skandinaviska Enskilda Banken, o qual visou o financiamento de um empréstimo a conceder pela Caixa a um mutuário caboverdiano. Tendo o governo sueco considerado o montante como ajuda ao desenvolvimento, portanto não reembolsável, o mesmo foi registado nas reservas.

A rubrica Reserva para riscos s/ financiamentos p/ empresas regista um subsídio concedido pela ACDI-Agricultural Cooperative Development International.

A rubrica Fundo de crédito para micro irrigação releva um subsídio atribuído pela ACDI-Agricultural Cooperative Development.

O acréscimo nas rubricas reservas livres e reserva legal decorre da aplicação dos resultados do exercício 2005.

40. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Contas extrapatrimoniais	2006	2005
Créditos documentários abertos	524.795	221.450
Garantias bancárias prestadas	975.068	700.525
	1.499.863	921.975

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço, Contas de Resultados e respectivo anexo relativos ao exercício de dois mil e seis.

O Conselho Fiscal, mercê de uma actuação constante, acompanhou ao longo do ano os principais actos de gestão que lhe foram presentes.

No âmbito da nossa acção, verificamos alguns procedimentos operacionais, recebemos informações e esclarecimentos da actuação do departamento de Auditoria Interna, analisámos diversos aspectos de metodologia de controle orçamental e controlamos a regularidade e clareza do processo contabilístico, com o suporte técnico da Auditoria Externa, para além de estar presente nalgumas reuniões do Conselho de Administração.

O Relatório do Conselho de Administração mostra com clareza e suficiente desenvolvimento a evolução da CAIXA ao longo do ano de 2006, estando elaborado em conformidade com os preceitos da legislação em vigor.

Não tendo havido alteração dos critérios valorimétricos utilizados no exercício anterior e em face das verificações a que procedemos, é nossa convicção que os Resultados do Exercício estão apurados com suficiente rigor e que o Balanço representa de forma apropriada a situação patrimonial da CAIXA em 31 de Dezembro de 2006.

Por último, expresamos ao Conselho de Administração e aos demais Serviços, o nosso apreço pela colaboração prestada e agradecemos os esclarecimentos solicitados.

Em conclusão, e dado o teor do Parecer de Auditoria Externa de que tomamos prévio conhecimento, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração o Balanço, Contas de Resultados e o respectivo Anexo, relativos ao exercício de 2006;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração que consta do seu Relatório;

Praia, 15 de Março de 2007

O Conselho Fiscal







BDO CAPEAUDIT
Auditoria, Impostos
e Consultoria

Rua Andrade Corvo, 30
Caixa Postal 63
Praia - Cabo Verde

Telefone: (238) 261 32 08
Telefax: (238) 261 32 09
E-mail: bdo@bdo.cv

Exmo. Conselho de Administração da
Caixa Económica de Cabo Verde, SA
Praia

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (adiante designada por CECV ou Caixa), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração de Resultados referente ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, que evidenciam um activo líquido de 25.439.090 contos e um resultado do exercício de 278.801 contos, cuja elaboração é da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre as referidas Demonstrações Financeiras com base na auditoria que realizámos. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em contos caboverdianos correspondendo um conto a um milhar de escudos caboverdianos (CVE).

2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as Demonstrações Financeiras contém ou não erros ou omissões significativas. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das Demonstrações Financeiras. Inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas mais significativas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consideradas na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas, lidas com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, SA, em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde.

BDO CAPEAUDIT
BDO Capeaudit

Praia, 14 de Março de 2007

CAIXA
Relatório & Contas
2006

